

Celso Carias
Solange Rodrigues
(Organização)

CEBs

fundamentos e desafios

editora
senso

iser Assessoria
Religião, Cidadania e Democracia

CEBs: FUNDAMENTOS E DESAFIOS

Celso Carias & Solange Rodrigues (orgs.)

CEBs: FUNDAMENTOS E DESAFIOS

Celso Carias & Solange Rodrigues (orgs.)

editora
senso

Belo Horizonte, 2020

ISER ASSESSORIA

Copyright © da Editora Senso

Editores Chefe: Me. Jonathan Félix de Souza
Me. Sandson Almeida Rotterdam

Diagramação: Alex Andrade

Capa: Zwei Arts

Revisão: Dr. Luis Filipe Lima e Silva

C387

CEBs: fundamentos e desafios / Celso Carias, Solange Rodrigues
(orgs.). — Belo Horizonte: Senso, 2020.

124 p.

ISBN 978-65-88053-02-7

1. Comunidades eclesiais de base. 2. Textos. I. Carias, Celso. II.
Rodrigues, Solange.

CDU: 251.223

Ficha Catalográfica elaborada por Niúra Ferreira e Barbosa - CRB/6 - 2377

Todos os direitos reservados à Editora Senso. Nenhuma parte da obra pode ser reproduzida, adaptada, multiplicada ou divulgada de nenhuma forma (em particular por meios de reprografia ou processos digitais) sem autorização expressa da editora, e em virtude da legislação em vigor. Esta publicação segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008.

editora
senso

Conheça os nossos lançamentos www.editorasenso.com

Agradecemos à Editora Senso que assumiu este projeto na perspectiva de que ele alcance grande parte do Povo de Deus. Esperamos que este material contribua para a formação de agentes de pastoral comprometidos com as CEBs e reforce este modo de ser Igreja nas bases.

Celso Carias e Solange Rodrigues

DEDICAMOS ESTE TRABALHO AO PE. CARAMURU,

Raymundo Caramuru de Barros nasceu em 22 de janeiro de 1931 em Porto de Camocim, Ceará. Foi ordenado presbítero pela diocese de Mossoró, Rio Grande do Norte, em 09 de dezembro de 1964.

Foi assistente nacional da JAC (Juventude Agrária Católica), em estreita colaboração com dom Helder Câmara.

Foi o articulador do Plano de Emergência da CNBB (1962) e do primeiro Plano Nacional de Ação Evangelizadora aprovado em 15 de novembro de 1965, onde se encontra a primeira referência às Comunidades Eclesiais de Base em um documento da Igreja do Brasil.

Um dos precursores no apoio concreto e teológico às CEBs nascentes, publicou em 1967, pela Editora Vozes, o livro “Comunidades eclesiais de base: uma opção decisiva”.

Padre Caramuru é uma das pedras fundantes da Igreja conciliar e da própria CNBB como perito e assessor qualificado. Esteve presente como assessor dos bispos brasileiros em Roma durante o Concílio Vaticano II entre 1962 e 1965, sendo o editor do boletim Concílio em Foco. Foi subsecretário geral da CNBB.

Foi um dos peritos presentes à II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho, celebrada em setembro de 1968 em Medellín, na Colômbia, marco de conversão da Igreja no continente.

Faleceu em 17 de maio de 2020, com 89 anos em Brasília.

Iser Assessoria

O Iser Assessoria é uma associação sem fins lucrativos, uma organização não governamental, cuja missão é fortalecer a democracia participativa nos campos político e eclesial, com vistas à superação das desigualdades sociais, à ampliação da esfera dos direitos e à afirmação da cidadania. Em nossos trabalhos, queremos reforçar os processos de construção da cidadania, incentivando a participação de setores da sociedade civil – especialmente dos setores populares – na formulação e no controle das políticas públicas. Nosso compromisso fundamental é com a criação de uma sociedade livre, justa, solidária e democrática. Nossas formas específicas de contribuição são *a formação, a pesquisa, a produção e a circulação de conhecimentos* no campo das Ciências Sociais e da Teologia.

Desde sua criação, o Iser Assessoria acompanha e apoia as Comunidades Eclesiais de Base, assessorando seus encontros, produzindo subsídios para suas lideranças e agentes de pastoral, fortalecendo a leitura popular da Bíblia. Em nossa compreensão, as CEBs representam um novo modo de ser Igreja, articulando de maneira privilegiada as dimensões religiosa e social.

Iser Assessoria

Rua México, 31 - sala 501

Cinelândia – Rio de Janeiro, RJ

20031-144

Telefone: (21) 2524-9761

e-mail: iserassessoria@iserassessoria.org.br

www.iserassessoria.org.br

www.portaldascebs.org.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
A CAMINHADA DAS CEBs NO BRASIL	17
<i>Solange S. Rodrigues</i>	
Fundamentação histórica.....	17
Introdução	17
1. Primeiros tempos: anos 60 e 70.....	18
A Conferência de Medellín (1968)	24
CEBs e participação social.....	27
2. Mudanças nos contextos sociopolítico e eclesial:	
do final dos anos 70 aos anos 90.....	29
A Conferência de Puebla (1979)	30
Mudanças mais profundas	31
A Conferência de Santo Domingo	36
3. Novos tempos, novos desafios: anos 2000.....	37
A Conferência de Aparecida (2007)	39
Em tempos de Francisco e de regressão democrática no Brasil	41
4. Para continuar a caminhada.....	44
Referências	46
 AS PRIMEIRAS COMUNIDADES CRISTÃS	 49
<i>Carlos Mesters e Francisco Orofino</i>	
Fundamentação bíblica das CEBs	49
PRIMEIRA GERAÇÃO CRISTÃ (de 30 EC até 70 EC)	51
1. As origens.....	51
2. Vivências e tensões.....	53
3. A conjuntura sociopolítica e as comunidades.....	55
4. A expansão missionária nas cidades do império.....	56
5. A atuação das mulheres	59
6. Releituras e escritos	61
7. A crise dos anos 60 e o fim da primeira geração.	62
SEGUNDA GERAÇÃO CRISTÃ (de 70 EC até 96 EC)	62
1. As comunidades retomam a caminhada.....	62
1. O impacto da cultura grega	64

2. A comunhão de mesa.....	66
3. A comunidade ideal.....	68
4. Os escritos.....	70
TERCEIRA GERAÇÃO CRISTÃ (De 96 EC até 138 EC)	71
1. As comunidades e o império	71
1. As várias religiões e sua influência sobre as comunidades.....	73
2. A organização e a centralização.....	75
Conclusão	77
Referências.....	79

RAÍZES CRISTÃS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE..... 80

Celso Pinto Carias

Fundamentação teológica.....	80
Introdução	80
1. Fundamentação cristológica.....	81
2. Fundamentação esclesiológica	89
2.1. Igreja Povo de Deus.....	91
2.2. A Igreja e os pobres.....	94
3. Fundamentação pneumatológica	100
Conclusão	104

DESAFIOS DAS CEBs..... 105

Pe. Celso Carlos Puttkammer dos Santos

Introdução	105
1. Fortalecimento da Comunidade.....	110
2. A sinodalidade – caminhar juntos.....	111
3. O clericalismo	112
4. Igreja toda ela ministerial	113
5. Participação feminina	114
6. Juventude	116
7. Formação.....	116
8. Ecologia e Bem Viver	118
9. Liturgia e espiritualidade	119
10. Ecumenismo e diálogo inter-religioso	121
11. Organização	122
Referencias.....	123

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua existência, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) deram origem a uma série de textos, conformando um conjunto bastante diferenciado, com abordagens e formatos distintos. Cartilhas, artigos, teses acadêmicas, testemunhos constituem uma vasta bibliografia. No entanto, em vários circuitos em que o Iser Assessoria contribui no acompanhamento das CEBs no Brasil, nossa equipe identificou uma séria lacuna: a ausência de um material que apresente os fundamentos das CEBs, do ponto de vista histórico, bíblico e teológico. Também acrescentamos alguns desafios no contexto atual. Tudo em linguagem acessível para as pessoas que as animam, articulam e assessoram no cotidiano da ação pastoral. Por isso, o Iser Assessoria decidiu preparar este material, no formato de livro eletrônico, para subsidiar e fortalecer a caminhada das CEBs.

Solange Rodrigues traça a trajetória histórica das CEBs no Brasil, desde o seu surgimento na década de 60 do século XX até os nossos dias. Neste texto, são apresentados brevemente os diferentes contextos sociopolítico e eclesial em que as CEBs surgiram e se desenvolveram nos últimos 60 anos: da ditadura militar ao processo de redemocratização, dos governos neodesenvolvimentistas da primeira década do século XXI à regressão democrática dos tempos atuais; do Concílio Vaticano II, passando pelas Conferências Episcopais da América Latina e Caribe, pelos Encontros Intereclesiais, ao pontificado de Francisco, que tem demonstrado apreço e apoio às CEBs em diferentes situações. A autora indica, ainda, alguns elementos comuns que têm marcado a dinâmica das CEBs, apesar dos diversos rostos que as CEBs

assumem neste imenso país. Trata do tema da participação social e aborda, ainda, a relação das CEBs com outras experiências eclesiais que as antecederam ou que lhes são contemporâneas. Neste panorama é delineado o processo em que as CEBs se tornaram um novo sujeito eclesial na Igreja Católica no Brasil.

O texto de Carlos Mesters e Francisco Orofino oferece uma fundamentação bíblica para as CEBs alicerçada na experiência das primeiras comunidades cristãs. O desejo de uma renovação da Igreja expresso no Concílio Vaticano II apontava como caminho um regresso às fontes originárias da vida eclesial. Voltar-se para a vida das primeiras comunidades cristãs buscando reviver o vigor originário que as animava nos trabalhos evangelizadores. Nossas comunidades aqui no Brasil, mas também em toda a América Latina fizeram amplos estudos destes cristianismos originários, buscando conhecer a vida destas primeiras comunidades. Evidente que conhecer a vida destas comunidades implica também em conhecer os desafios que elas enfrentaram em sua realidade cotidiana. Desafios estes determinados pela conjuntura agitada, definida pela política imperial greco-romana.

Em seu escrito Mesters e Orofino resumem os cristianismos originários, buscando dar uma fundamentação bíblica para a caminhada das CEBs aqui e agora. Eles propõem como chave de leitura, para entender a trajetória histórica das primeiras comunidades, as sucessivas gerações de seguidores e seguidoras de Jesus, num espaço de tempo de cem anos, aproximadamente. Cada geração de cristãos soube dar uma resposta aos desafios de sua época. Estes desafios eram tanto internos quanto externos. Conhecemos estes desafios através da leitura dos textos da coleção do Novo Testamento. Animadas pelo Espírito, as comunidades

souberam manter a unidade na mais profunda diversidade eclesiológica, respeitando as diferenças. O estudo da vida das primeiras comunidades impulsiona-nos a buscar a unidade em torno do essencial, deixando-nos questionar permanentemente pela proposta de vida e de comunidade anunciada pelo Evangelho do Reino.

Celso Carias apresenta os fundamentos teológicos que devem ser retomados na sustentação da caminhada das CEBs. Faz-se necessário alargar o horizonte no qual a relação fé e vida, tão bem alicerçada na Teologia da Libertação, seja retomada com profundidade teológica, pois estamos passando por certa superficialidade teológica através das mídias que alcançam boa parte do povo. Assim, em sintonia com a reflexão pós-conciliar, o texto lembrará alguns elementos fundamentais que não podem faltar em qualquer caminho evangelizador: o cristológico, o eclesiológico e o pneumatológico. Cada um destes fundamentos-chave receberá uma explicação acessível a quem está dentro da caminhada de fé no interior de uma vida comunitária. Não haverá uma bibliografia ao final, pois ao longo do texto algumas obras serão apresentadas.

Por fim, o Pe. Celso Carlos P. dos Santos levanta alguns desafios para as CEBs no atual contexto sócio-político-econômico-religioso. Um novo cenário se apresenta marcado pela crise e reformulação do capitalismo, e também pelas tensões existentes entre a Igreja Universal, a partir do pontificado do Papa Francisco, e as dificuldades que vão se apresentando para que esta proposta alcance e se enraíze na vida das comunidades. Nesse contexto, o autor apresenta algumas questões que precisam ser aprofundadas e enfrentadas. Os desafios propostos neste texto são: (1) o fortalecimento da comunidade; (2) assumir a sinodalidade;

(3) superar o clericalismo; (4) ter uma Igreja toda ministerial; (5) a participação feminina mais ativa; (6) a juventude como protagonista; (7) a formação de agentes num perspectiva popular e libertadora; (8) a construção práticas políticas que sejam norteadas pela prática do Bem Viver; (9) a vivência de uma liturgia (e espiritualidade) mais criativa, laical, simbólica e espontânea; (10) fortalecer e aprofundar o ecumenismo e o diálogo inter-religioso; e, por fim, (11) uma formação que ajude a desencadear processos de educação popular e libertadora.

A CAMINHADA DAS CEBs NO BRASIL

Fundamentação histórica

Solange S. Rodrigues¹

Introdução

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) fazem parte do conjunto de inovações que transformaram a Igreja Católica em nosso continente nos últimos 50 anos. No Brasil, **já existiam algumas experiências pastorais consideradas como precursoras das CEBs antes do Concílio Vaticano II, mas elas eram incipientes e localizadas. Após o Concílio**, elas adquiriram legitimidade e se tornaram o núcleo fundamental do projeto de renovação pastoral apresentado pelos bispos brasileiros e assumido por inúmeros agentes de pastoral (leigos e leigas, religiosos e religiosas,

¹ Socióloga, mestre em Sociologia, pesquisadora na ONG Iser Assessoria desde 1986. Agradeço as valiosas sugestões recebidas de Francisco Orofino, Ivo Lesbaupin e Névio Fiorin, companheiros da equipe de Iser Assessoria, e dos amigos Felipe Freitas e Celso Carlos Puttkammer dos Santos.

padres). Este processo transformou a face do catolicismo brasileiro na segunda metade do século XX.

Mais para o final do século, outras perspectivas pastorais passaram a ser incentivadas e adquiriram maior visibilidade na Igreja Católica em nosso país. Tanto que uma parcela de bispos, agentes de pastoral e de estudiosos da religião passou a afirmar que as CEBs morreram, ou que não atendem mais às exigências do tempo presente, ou que estão em crise.

Existe uma vasta bibliografia sobre as CEBs produzida ao longo dos últimos 50 anos por teólogos, historiadores, cientistas sociais, pastoralistas, com diferentes ênfases e abordagens. Alguns estudos são mais abrangentes, outros se debruçam sobre experiências locais. Neste texto são esboçados alguns traços do processo histórico em que as CEBs surgiram e se desenvolveram, e algumas perspectivas para elas nos tempos atuais. Para compreender a caminhada das CEBs no Brasil, é preciso situá-las nos diferentes contextos sociopolíticos e eclesiais em que elas estão inseridas.

1. Primeiros tempos: anos 60 e 70

Na década de sessenta do século XX, o continente latino-americano viveu intensa instabilidade política, com processos de regressão da democracia, golpes de estado, estabelecimento de regimes ditatoriais, com perseguição a opositores, violações de direitos civis e políticos. No Brasil, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961 (menos de sete meses após tomar posse), assumiu o vice-presidente João Goulart, cuja equipe propôs um conjunto de medidas denominadas “reformas de base”, que visavam

alterações bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias, universitárias e eleitorais. A principal destas iniciativas era a reforma agrária. Algumas destas medidas causariam uma participação maior do Estado em questões econômicas, regulando o investimento estrangeiro no país. Houve uma intensa mobilização social em favor e contra este programa do governo, que culminou com o golpe civil-militar que derrubou o presidente e instaurou um regime de força no país que perdurou por 21 anos.

Do ponto de vista econômico, países da América Latina buscavam vencer o subdesenvolvimento, mas aos poucos aumentava a percepção de que a pobreza no continente era resultante das relações econômicas estabelecidas entre países centrais e periféricos, provocando dependência. Trata-se, portanto, de um contexto sociopolítico e econômico extremamente negativo.

No âmbito eclesial, ao contrário, eram os anos da chamada primavera conciliar. O Concílio Vaticano II (que reuniu bispos do mundo todo em quatro sessões de algumas semanas, uma por ano, realizadas entre 1962 e 1965) estabeleceu uma série de mudanças na Igreja Católica, como uma compreensão mais positiva do mundo moderno, inovações no campo bíblico e litúrgico, e a retomada da concepção de Igreja como Povo de Deus. O Concílio teve grande impacto na ação pastoral desenvolvida no Brasil e na América Latina nos anos seguintes. E as CEBs emergem no Brasil na confluência destes contextos contraditórios.

A busca de uma ação coordenada do episcopado brasileiro vinha se consolidando desde a década anterior, e a criação da CNBB em 1952 é um marco expressivo desse processo. No período de realização do Concílio, os bispos do Brasil aprovaram dois planos pastorais que tiveram in-

fluência decisiva no surgimento de um novo sujeito eclesial: as Comunidades Eclesiais de Base.

Em 1962, a CNBB aprovou um plano de atuação global, não apenas para uma diocese em particular, mas para o conjunto da Igreja Católica no Brasil, denominado *Plano de Emergência*, que atendia a uma insistente solicitação do papa São João XXIII que, desde o início de seu pontificado em 1958, exigia da Igreja Católica latino-americana uma ação pastoral mais eficaz.

No Plano de Emergência, a CNBB recomendou a realização de uma renovação paroquial que, entre outras características, deveria valorizar as “comunidades naturais”. Estas seriam “*comunidades já presentes na comunidade paroquial que, ao contrário das paróquias - de extensões imensas (paróquias rurais) e superpopulosas (paróquias urbanas) -, ofereceriam maiores possibilidades de uma vida comunitária. Estes seriam grupos relativamente homogêneos, unificados pela convivência em um território delimitado*”². Até então não se utilizava a denominação Comunidade Eclesial de Base.

Com a aprovação em 1965 do primeiro Plano Pastoral de Conjunto (PPC), para ser implementado entre 1966 a 1970, a articulação pastoral da Igreja no Brasil passou a ser mais efetiva. A Assembleia da CNBB que aprovou o PPC em novembro de 1965 foi realizada em Roma, ainda durante a última sessão do Concílio Vaticano II. O Plano vinha sendo preparado há meses pelos secretariados nacional e regionais da CNBB, e já havia sido discutido pela Comissão Central da entidade e pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). É neste documento que se encontra a primeira referência oficial às “Comunidades de Base”.

2 Gervásio QUEIROGA, *CNBB: comunhão e co-responsabilidade*. São Paulo, Paulinas, 1977: 363 (citado por TEIXEIRA, 1988: 165).

O PPC propôs explicitamente a criação e dinamização das *comunidades de base* como meio de favorecer a vivência comunitária e responsável dos católicos, a partir da descentralização das paróquias, extensas e muito povoadas, “*onde os cristãos não sejam pessoas anônimas que apenas buscam um serviço ou cumprem uma obrigação, mas sintam-se acolhidos e responsáveis, e delas façam parte integrante, em comunidade de vida com Cristo e com todos os seus irmãos*”³.

No entanto, os Planos Pastorais da CNBB por si mesmos não seriam suficientes para provocar a criação das Comunidades Eclesiais de Base e a renovação da estrutura paroquial. Nos anos anteriores foram desenvolvidas experiências que tiveram incidência sobre a criação das CEBs, entre elas: o Movimento de Educação de Base (MEB), que visava à alfabetização e educação comunitária por meio de escolas radiofônicas; a animação de paróquias feita por pequenas comunidades de religiosas (cuja experiência pioneira é a de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte); a atuação de catequistas populares em Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, pessoas leigas que liam o catecismo explicado e as orações em locais sem assistência sacerdotal; a Ação Católica, um conjunto de movimentos surgidos na primeira metade do século XX na Europa e depois trazido para o Brasil, que visava à organização de leigos e leigas em seus ambientes (escolar, universitário, operário, agrário etc.) para contribuir na missão evangelizadora, e que tinha criado um método de reflexão denominado de Ver - Julgar - Agir⁴.

3 CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil (1966: 38-9).

4 No livro *A gênese das CEBs no Brasil*: elementos explicativos, Faustino Teixeira analisa detidamente a influência destas e de outras experiências sobre o surgimento das CEBs (TEIXEIRA, 1988: 56-174).

Os Planos Pastorais, alimentados por estas experiências precursoras, foram assumidos por um número significativo de agentes de pastoral (sacerdotes, leigos e leigas, religiosos e religiosas) que já se dedicavam ou se lançaram à tarefa de organização e disseminação das CEBs por todo o Brasil. No primeiro livro sobre as CEBs publicado no Brasil em 1967 - *Comunidade Eclesial de Base: uma opção pastoral decisiva* - o Pe. Raymundo Caramuru de Barros faz referência a uma série de experiências em andamento em arquidioceses, dioceses e prelazias: no Nordeste, em S. Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Aracaju, Salvador, Sobral, Crateús, Iguatu e Pinheiro; no Leste, no Rio de Janeiro, Barra do Piraí, Belo Horizonte, Vitória, Juiz de Fora e Itabira; no Sul, em São Paulo, Campinas, Porto Alegre e Joinville. O autor se refere ainda a iniciativas em planejamento no Centro-Oeste, especialmente na arquidiocese de Goiânia⁵. Por isso não é possível dizer exatamente onde e quando as CEBs nasceram. Há uma concordância na literatura de que elas surgiram em meados dos anos 60, em diferentes pontos do país, fruto deste duplo contexto, sociopolítico e eclesial. Posteriormente, em virtude da legitimidade social e eclesial que as CEBs adquiriram, acabou por se estabelecer uma disputa para identificar a experiência pioneira, e algumas regiões reivindicam para si a primazia, indicando a existência de CEBs desde o final da década de 50.

Já a expressão *Comunidade Eclesial de Base* usada para designar a nova proposta pastoral tem sua origem relatada por Raymundo Caramuru de Barros. Ela teria sido criada em um seminário sobre “Sacramentos da Iniciação”, promovido pelo Secretariado Nacional de Liturgia da CNBB em 1965:

5 CARAMURU DE BARROS, 1967: 50. O autor era assessor da CNBB à época, e colaborou na elaboração do PPC.

“ficou consagrado o nome Comunidade Eclesial de Base. Inicialmente, tinham sido denominadas de comunidades naturais; em seguida, chegou-se a falar em comunidades locais. Ambos apelativos provocavam dificuldades e mesmo ambiguidades. Passou-se, então, ao nome comunidade de base. Essa denominação buscava identificá-la como a célula básica do corpo eclesial. (...) Por facilidade e brevidade, continuou-se, muitas vezes, a falar em comunidades de base, omitindo o termo eclesial, até que se inventou a sigla CEB, uma referência mais simples”.⁶

Os agentes de pastoral envolvidos na criação das CEBs eram, por sua vez, influenciados pelas ideias pedagógicas de Paulo Freire que circulavam na primeira metade dos anos sessenta, e acreditavam que pessoas do povo seriam capazes de se transformar em sujeitos da própria educação, e desenvolver uma consciência crítica, tornando-se também sujeitos da política. Esta concepção está na base da troca de saberes que se concretiza entre agentes de pastoral e pessoas das classes populares no cotidiano das CEBs⁷.

As CEBs foram geradas e se multiplicaram em contraste com outras experiências eclesiais e sociais, em especial com a paróquia tradicional, constituída por um grande número de fiéis, anônimos, reunidos em torno da liderança do pároco, quase como clientes dos serviços eclesiais, missas e sacramentos. Diferentemente, as CEBs foram constituídas como pequenos grupos, em geral com dezenas de pessoas, reunidas sob a liderança de leigos e leigas, pessoas que se conheciam e que assumiam a animação e a coordenação dos serviços religiosos numa determinada localidade, em

6 Este relato encontra-se no livro *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)* (CARAMURU DE BARROS, 1994: 184).

7 Mais detalhes no artigo *As comunidades de base e a transformação social*, de Ivo Lesbaupin, que faz parte do livro *As comunidades de base em questão* (Lesbaupin, 1997: 51).

comunhão com a autoridade religiosa e com o apoio de agentes de pastoral. Não se tratava de uma oposição à paróquia em si, mas do surgimento de um modelo diferenciado, descentralizado. Emergiu, neste contexto, outro tipo de paróquia, constituindo o que mais recentemente passou a ser chamado de *redes de comunidades*.

A Conferência de Medellín (1968)

Nesta década de efervescência pastoral, aconteceu ainda a II Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenh, na cidade de Medellín, Colômbia, em 1968. Seu objetivo era aplicar as deliberações do Concílio Vaticano II à realidade de nosso continente. Os estudiosos da história da Igreja Católica afirmam que esta Conferência foi muito mais que uma mera aplicação do Concílio, mas uma recepção criativa de suas proposições.

Nas conclusões de Medellín, a referência às CEBs está no documento sobre a Colegialidade. Elas aparecem como o primeiro item do subtítulo “Renovação das Estruturas Pastorais” (os demais são Paróquias, Dioceses, Conferências Episcopais e Organismos Continentais). As CEBs são apresentadas como “*o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento*”⁸. E mais adiante, no item sobre as Paróquias, os bispos afirmam que esta concepção deve “*fazer da paróquia um*

8 II CONFERÊNCIA Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenh (Medellín, documento 15, 10).

*conjunto pastoral vivificador e unificador das comunidades de base*⁹. Isso significa que a proposta de criação das comunidades de base inscreve-se em um projeto de renovação paroquial.

Reconhecidas pelo episcopado do Brasil e da América Latina e assumidas por tantos agentes evangelizadores, as CEBs experimentaram um rápido processo de expansão por todo o território nacional e diversas dioceses brasileiras passaram a ter sua estrutura pastoral baseada nelas.

Partindo de princípios comuns, desde os seus primeiros tempos as CEBs surgiram com rostos diferenciados. Elas se estabeleceram em diálogo com a realidade sociocultural e religiosa do local em que foram implantadas. Muitas foram criadas em áreas nas quais as práticas do catolicismo devocional, como a reza do terço e as novenas, estavam profundamente enraizadas na vida dos habitantes do lugar. Em outras situações, as comunidades se sobrepuseram a capelas tradicionais. Outras comunidades se estabeleceram em áreas de fronteira, por meio de levas de migrantes internos que levaram consigo suas formas de vivência e organização religiosa. Há também distinções devidas ao tipo de liderança exercida pelos animadores e animadoras, ou à forma de acompanhamento dado pelos agentes de pastoral, ou mesmo à maneira como é feito o pastoreio pelo bispo diocesano.

Não obstante a grande *diversidade* das CEBs, elas assumiram algumas características comuns, tais como: as inovações no campo litúrgico, em especial a realização de celebrações semanais animadas por leigos e leigas, nas quais o cotidiano das pessoas é incorporado ao culto, com as alegrias e tristezas dos membros da comunidade, e dando

9 II CONFERÊNCIA Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho (Medellín, documento 15,15).

origem a uma rica simbologia e expressões artísticas próprias; os círculos bíblicos (também chamados de grupos de reflexão, grupos de rua, ou grupos de família), que reúnem vizinhos nas casas das famílias, em torno da Palavra de Deus, em encontros nos quais a realidade da comunidade é confrontada com o texto bíblico e são planejadas ações concretas em resposta a determinada situação; os conselhos comunitários, assembleias e equipes de animação eleitas periodicamente, que são formas participativas de exercício da liderança e de tomada de decisões; os novos ministérios leigos (Ministros da Palavra, do Batismo); as diversas pastorais ligadas à formação para os sacramentos e a situações específicas (como a Pastoral da Saúde, a Pastoral da Juventude) organizadas no âmbito comunitário; as ações coletivas, não apenas em favor dos membros da comunidade, mas do conjunto de moradores da localidade. Isso se traduziu numa forma peculiar da vivência da relação entre fé e vida nas CEBs.

Na dinâmica das CEBs são leigos e leigas que assumem o protagonismo. Elas e eles são os principais mediadores do sagrado no cotidiano das comunidades: presidem as celebrações semanais, fazem as pregações, animam as atividades. E em todas estas frentes é preciso destacar a presença significativa de mulheres na liderança. Outro elemento importante a ser destacado é que a implantação das CEBs se deu especialmente nos meios populares: na zona rural e nas periferias das cidades. Pessoas pobres, em geral com baixa escolaridade e com inserções laborais subalternas, se percebem como sendo igreja, e se tornam sujeitos da evangelização.

Com as CEBs, a ação evangelizadora passou a ter outra dinâmica, para além da dimensão celebrativa. Grande importância tiveram os encontros de formação de lideranças comunitárias para o exercício dos diversos serviços, realizados tanto no âmbito da comunidade como aqueles que reuniam pessoas vindas de várias comunidades. A articulação entre as comunidades, paróquias, dioceses e regionais foi sendo intensificada e fortalecida. Daí decorreu a necessidade também de uma maior organização de conselhos e coordenações nos diversos níveis (instâncias): paroquiais, foranias/regiões, diocesanos, regionais e nacionais. O protagonismo dos leigos e leigas foi fundamental para todo esse dinamismo pastoral, e evidencia a prática da responsabilidade eclesial.

CEBs e participação social

Na virada dos anos 60-70 e na primeira metade dos anos 70, a violência do regime civil-militar ficou mais acentuada após a edição do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968. Congressistas foram cassados, as liberdades de organização foram cerceadas, os movimentos sociais foram sufocados e as organizações que se lançaram ao enfrentamento armado contra o regime foram dizimadas. Opositores ao regime foram presos, torturados, mortos, desapareceram, ou foram forçados a optar pelo exílio para sobreviver à perseguição.

As características particulares da Igreja Católica (uma instituição presente em todo o território nacional, com relativa autonomia em relação ao Estado autoritário, e seu caráter transnacional) permitiram a continuidade de sua atuação

junto às classes populares, num período em que a maior parte de outras experiências organizativas foi inviabilizada. Com o passar dos anos, as CEBs tornaram-se a principal forma de atuação da Igreja junto aos segmentos populares. E neste contexto de perseguição e de silenciamento, as CEBs representaram uma forma de resistência de setores populares à ditadura.

Neste contexto de fechamento dos canais de participação sociopolítica, as CEBs nascentes, por causa de sua leitura da realidade e da reflexão sobre o papel da Igreja diante desta situação, começaram a assumir compromissos que ultrapassavam as práticas estritamente religiosas. Ou seja, manifestavam uma nova compreensão do impacto da fé na vida e de responsabilidade cristã diante dos acontecimentos. No campo, comunidades denunciavam ameaças de expulsão sofridas por famílias de posseiros que ocupavam há décadas determinados territórios; e também sofridas por povos indígenas igualmente atingidos pelos projetos de desenvolvimento propostos pelos militares. Em tempos de intensa migração do campo para as cidades, devido às transformações na estrutura agrária do país, e da consequente expansão vertiginosa das periferias urbanas, as CEBs estiveram à frente de inúmeras reivindicações por melhores condições de vida (lutas pela regularização de loteamentos clandestinos, por saneamento básico, por transporte público, pela instalação de escolas e postos de saúde, por redes de energia elétrica). Alguns analistas consideram que as CEBs assumiram um papel supletivo (ou seja, de substituição) dos movimentos sociais neste período em que eles estavam proibidos.

Em meados da década de 70, foram realizados os primeiros encontros de troca de experiências das CEBs, chamados

de intereclesiais de CEBs. Os dois primeiros tiveram lugar na cidade de Vitória, no Espírito Santo, em 1975 e 1976, reunindo cerca de 70 e 100 pessoas, respectivamente. O terceiro aconteceu em João Pessoa, na Paraíba, em 1978 e teve em torno de 200 participantes¹⁰. Se no primeiro Intereclesial o tema principal foi a percepção de que as CEBs são Igreja que nasce no meio do povo (eclesiogênese), no segundo foi forjada a ideia da “caminhada” (CEBs: Igreja que caminha), no terceiro transpareceu a vinculação entre as CEBs e a organização popular.

A partir da experiência das CEBs e da pastoral popular foi se constituindo uma reflexão teológica original, nascida em nosso continente, que tinha como eixo a libertação de todas as formas de opressão, chamada de Teologia da Libertação. Um dos textos inspiradores é a narrativa bíblica do Êxodo sobre a liberação do povo hebreu da escravidão no Egito. Os relatórios produzidos pelas CEBs para os primeiros Intereclesiais revelam que, em maior ou menor grau, elas se empenhavam na construção de um modelo alternativo de sociedade, baseado em valores de justiça, partilha e solidariedade.

2. Mudanças nos contextos sociopolítico e eclesial: do final dos anos 70 aos anos 90

Inúmeras transformações ocorreram na Igreja e na sociedade brasileira mais para o final dos anos 70, e marcaram a caminhada das CEBs.

Na segunda metade dos anos 70, as CEBs tiveram influência decisiva no movimento contra o aumento do custo

¹⁰ Em anexo, encontra-se a listagem dos Encontros Intereclesiais, com os anos e locais de realização, temas e número de participantes.

de vida, na organização de associações de moradores, de posseiros e de pequenos produtores rurais, na rearticulação de um movimento sindical combativo e no apoio às greves operárias. Neste período a resistência à ditadura se tornou mais efetiva, e culminou em um processo de abertura política e na reformulação da estrutura partidária. Foram criados novos partidos políticos. Inúmeros membros das CEBs participaram da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), que inovou com a estruturação interna baseada em núcleos localizados nos bairros e por categorias profissionais. Em algumas regiões do país, membros das CEBs tiveram mais proximidade com outras propostas partidárias, como o PMDB ou o PDT. Tudo isso fez com que as CEBs tivessem reconhecido o seu papel político na sociedade brasileira.

A Conferência de Puebla (1979)

Em 1979, foi realizada a III Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho na cidade de Puebla, no México. O papa João Paulo II, recém-eleito, participou da abertura. Uma parcela do episcopado, apoiada pela Cúria Romana, defendia um posicionamento mais moderado que o expresso em Medellín, que condenara o sistema sociopolítico e econômico e declarara a opção pelos pobres. E também questionava a Teologia da Libertação, pelo seu método de análise das relações sociais. As controvérsias presentes fizeram com que as conclusões da Conferência enfatizassem as noções de comunhão e participação. A opção da Igreja do continente pelos pobres, declarada em Medellín, gerou um intenso debate, e para ser confirmada precisou receber um qualificativo: opção *preferencial* pelos pobres. No entanto os bispos do continente confirmaram

seu apoio às CEBs: *“As comunidades de base que, em 1968, eram apenas uma experiência incipiente, amadureceram e multiplicaram-se. Em comunhão com seus bispos, converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e de desenvolvimento”*¹¹.

Na esteira da Conferência de Puebla, os bispos do Brasil divulgaram um documento sobre as CEBs em novembro de 1982. Era o ano das primeiras eleições depois da reformulação partidária. No documento, o episcopado assegurava a eclesialidade das CEBs, em um contexto em que elas eram acusadas de serem organizações exclusivamente políticas: *“Fenômeno estritamente eclesial, as CEBs em nosso país nasceram no seio da Igreja/instituição e tornaram-se um ‘novo modo de ser Igreja’. Pode-se afirmar que é ao redor delas que se desenvolve, e se desenvolverá cada vez mais, no futuro, a ação evangelizadora da Igreja. Fator de renovação interna e um novo modo de a Igreja estar presente no mundo, elas constituem, por certo, um fenômeno irreversível”*¹².

Apesar deste apoio explícito do episcopado brasileiro às CEBs, e de uma perspectiva otimista sobre sua centralidade na evangelização, a necessidade de afirmar que as CEBs eram de fato eclesiais se devia às transformações que estavam ocorrendo nos contextos sociopolítico e eclesial. Mudanças que se tornaram mais intensas nos anos seguintes, e que tiveram impacto decisivo sobre a experiência das CEBs.

Mudanças mais profundas

Na década de 80, ganhou amplitude o movimento pela

11 III CONFERÊNCIA do Episcopado Latino-Americano e Caribenho (Puebla, 96).

12 CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. *As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil* (Documento 25, 2-3).

redemocratização, e várias conquistas foram efetivadas: a expansão dos movimentos sociais no campo e na cidade, a anistia aos perseguidos políticos, a reformulação partidária, as eleições livres, a eleição de um presidente civil pelo Congresso após 20 anos de presidentes militares, uma nova constituição foi elaborada, culminando com eleições diretas para presidente da república no final da década. As CEBs não precisavam mais substituir as organizações populares nas lutas, uma vez que estas foram pouco a pouco se rearticulando e adquirindo autonomia. Mas as CEBs continuaram a ter estreita vinculação com eles, pois muitas lideranças destes movimentos tiveram sua militância sociopolítica despertada pela inserção nas CEBs. Membros das CEBs estiveram envolvidos em todas estas mobilizações, muitos ajudaram a criar e dirigiram associações de pequenos produtores rurais e associações de moradores, participaram de eleições sindicais e políticas.

No âmbito eclesial, iniciava-se o ciclo de regressão ante as inovações conciliares - que perdurou por quase 35 anos durante os pontificados de João Paulo II e Bento XVI¹³ - e suas conhecidas repercussões sobre a Igreja Católica no Brasil e na América Latina, com questionamentos à produção teológica desenvolvida no continente. Bispos que participaram do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín e de Puebla atingiram a idade de renunciar ao pastoreio de suas dioceses, e foram substituídos por outros com concepções pastorais diametralmente opostas. Houve intervenção na formação do clero e nas entidades que congregam religiosos, e valorização de novos movimentos

13 Em 2015 comemoramos os 50 anos do encerramento do Concílio Vaticano II. Na maior parte deste período, todavia, a tendência geral das determinações advindas de Roma retomou e reforçou ideias que foram minoritárias durante o Concílio.

leigos de caráter conservador¹⁴. Vale lembrar que em 1985 aconteceu a Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, convocada por João Paulo II no vigésimo aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II, cujo objetivo foi avaliar a aplicação dos documentos conciliares na Igreja Universal. Suas conclusões apontavam para outra leitura das decisões do Concílio, houve um retorno à centralização de decisões na Cúria Romana e um cerceamento à atuação das Conferências Episcopais dos diferentes países.

Como resultado de todo este processo, em muitas regiões as CEBs foram absorvidas na estrutura paroquial, sem transformá-la profundamente, deixaram de ser novidade, foram institucionalizadas. As CEBs perderam apoios fundamentais em muitas dioceses, pela nomeação de novos bispos ou por uma mudança de atitude dos antigos; pela perda de acompanhamento de agentes de pastoral comprometidos com elas, transferidos para outras regiões ou para outras atividades religiosas.

Foi também neste período que o campo religioso brasileiro ficou mais diversificado, com o surgimento e crescimento de igrejas neopentecostais entre os mais pobres, e com a expansão do movimento da Renovação Carismática Católica nos meios populares. Assim, as CEBs precisaram disputar espaço com outras organizações religiosas, dentro e fora da Igreja Católica.

Novamente, trata-se de um contexto contraditório, às avessas da época do surgimento das CEBs: de abertura, do ponto-de-vista sociopolítico, e de fechamento, na dimensão religiosa. Aí se começa a falar em crise das CEBs, e elas

¹⁴ Em 1990 a equipe de Iser Assessoria promoveu um seminário para refletir sobre estas mudanças no contexto eclesial, que deu origem a um número especial da revista Comunicações do ISEB, com o título *Estação de Seca na Igreja*. Veja-se especialmente a cronologia e análise preparada por Ivo Lesbaupin no artigo O Vaticano e a Igreja no Brasil (Lesbaupin, 1990).

passam a ser referidas como uma forma, entre outras, de ser igreja, e aos poucos perdem a centralidade expressa no documento 25 da CNBB.

Mesmo com estas transformações, os Encontros Intereclesiais continuaram acontecendo, cada vez com um número maior de participantes, e ultrapassaram a casa de mil participantes a partir de 1986. Na década de 80, aconteceram quatro edições, em Itaipi (São Paulo - 1981); Canindé (Ceará - 1983); Trindade (Goiás - 1986) e Duque de Caxias (Rio de Janeiro - 1989). Em Itaipi, a grande questão debatida foi a relação entre as CEBs e as organizações populares e os partidos que estavam ressurgindo no processo de abertura política. Já em Canindé as discussões giraram em torno do modo de produção capitalista e da relação das CEBs com as formas de transformação da sociedade. A questão da terra foi aprofundada em Trindade e, em Duque de Caxias, o tema central foi a presença das CEBs nas lutas em curso na América Latina. Também foi forte neste Encontro a experiência de um ecumenismo de base.

Para colaborar na preparação do Intereclesial de Trindade, foi criada a Comissão Ampliada Nacional de CEBs, com representantes dos regionais em que o país está dividido para atividades da Igreja Católica. Desde então, a Ampliada tem ajudado na organização dos encontros junto com a diocese anfitriã, e passou também a ser um espaço de troca de informações e de reflexões sobre a caminhada das CEBs no Brasil.

Em 1989, aconteceram as primeiras eleições gerais para presidente da república após a ditadura. Lula, candidato oriundo de lutas populares, teve o apoio da grande maioria dos membros das CEBs, mas foi derrotado no segundo turno por Fernando Collor de Mello. Em seu curto mandato, Collor implementou uma agenda econômica neoliberal,

que afetou a indústria nacional e produziu desemprego. Após sofrer impeachment, o vice-presidente Itamar Franco completou o mandato. Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito em 1994, reeleito em 1998, e deu continuidade às políticas econômicas neoliberais, com redução da presença do Estado na economia, privatização de empresas estatais, privilégio do capital financeiro e mudanças na regulamentação do trabalho. Estas provocaram aumento do desemprego, e o movimento sindical foi sufocado. No início de seu primeiro mandato, FHC propôs uma série de medidas em torno do Plano Real, que conseguiu controlar os elevados índices de inflação, flagelo que penalizava a população há mais de uma década. Tudo isso provocou desmobilização social.

No campo eclesial, uma nova geração de bispos escolhidos durante o longo pontificado de João Paulo II foi gradativamente assumindo o pastoreio das dioceses brasileiras. Grande parte deles era orientada por uma concepção de Igreja que se afastava das intuições do Concílio Vaticano II. Preocupados com a crescente redução do percentual de católicos no conjunto da população brasileira, centraram esforços numa ação evangelizadora com vistas a reduzir o afastamento de membros da Igreja Católica e seu ingresso nas Igrejas neopentecostais. Muitos passaram a apoiar e incentivar o movimento da Renovação Carismática Católica, pois acreditavam que ele poderia conter a desvinculação de católicos, devido a sua espiritualidade semelhante à das igrejas pentecostais. Houve simultaneamente um processo de restauração, com maior centralização das decisões nas mãos do clero, esvaziamento dos conselhos pastorais, as CEBs e as pastorais sociais perderam apoio em muitas dioceses.

A Conferência de Santo Domingo

Em 1992, foi realizada a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho, na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana. Era o ano em que se completavam 500 anos da chegada dos europeus ao continente e, com eles, a Igreja Católica. Os temas da nova evangelização, da inculturação e da promoção humana foram centrais no documento final. Em sua elaboração, foi abandonado o método Ver-Julgar-Agir. A proposta de uma nova evangelização parte do anúncio da pessoa de Jesus Cristo, e não de uma análise da realidade em que este anúncio deve ser realizado. Nas conclusões de Santo Domingo, as CEBs são apresentadas como “célula viva da paróquia”, e não como em Medellín e Puebla, “célula inicial da estrutura eclesial”. Há insistência na necessidade de que elas devem estar em comunhão com os pastores (Santo Domingo, 61-63). Em contrapartida, há elogios dispersos aos grupos de oração e movimentos apostólicos¹⁵.

Ao longo dos anos 90 aconteceram outros Intereclesiais de CEBs: em Santa Maria (Rio Grande do Sul – 1992), São Luís (Maranhão – 1997) e em Ilhéus (Bahia - 2000). A novidade de Santa Maria foi a introdução no repertório das CEBs de temáticas referentes aos povos indígenas, afrodescendentes, mulheres, migrantes sob a designação de “culturas oprimidas”. Em São Luís, o debate ficou em torno da relação entre CEBs e massas. E em Ilhéus, por ocasião dos 500 anos de presença europeia no território brasileiro, as CEBs se identificaram como Povo de Deus, em continuidade às primeiras comunidades cristãs, e dialogaram em torno

15 Afonso Murad. Documento de Santo Domingo: princípios hermenêuticos de leitura. *Perspectiva Teológica*, 25 (1993), p. 11-29.

de quatro pilares de sua atuação: memória, caminhada, sonho e compromisso. Neste período aumentaram a presença e o controle da CNBB sobre estes encontros.

No final da década de 90, os contextos sociopolítico e eclesial eram extremamente negativos para as CEBs. Muitos agentes eclesiais passaram a dizer que elas já não existiam e estudiosos do catolicismo dirigiram sua atenção para o movimento carismático e para as “novas comunidades”, grupos com inspiração neopentecostal.

3. Novos tempos, novos desafios: anos 2000

Uma pesquisa realizada pela equipe de Iser Assessoria em 2003¹⁶ concluiu que as CEBs continuavam vivas e atuantes, tratando-se de uma experiência socioeclesial consolidada. A maioria das comunidades analisadas tinha mais de 20 anos de existência. Entretanto, cerca de um quarto das comunidades tinha menos de 10 anos de existência, o que atestava que elas continuavam a ser criadas. Apesar disso, as CEBs tinham pouca visibilidade social e eclesial, o que alimentava diagnósticos de que estariam em decadência ou haviam desaparecido. O estudo em questão, que analisou em profundidade quatro comunidades e mapeou outras 67, apontou a forma como as comunidades estavam organizadas, sua dinâmica interna, sua composição. Abordou também a relação das CEBs com a RCC nos quatro estudos de caso: numa das comunidades havia um grupo de oração; em outra, membros da comunidade acompanhavam programas carismáticos pelos meios de comunicação; numa terceira, pessoas vindas de uma comunidade vizinha reali-

¹⁶ Lesbaupin et alli. *As CEBs hoje* (2004).

zavam momentos de adoração ao Santíssimo; e, na quarta, havia um grupo de pessoas que organizava excursões a um centro de peregrinação carismático. A pesquisa também observou que cânticos carismáticos passaram a fazer parte do repertório das CEBs. Ou seja, mais do que a substituição de uma forma de estrutura pastoral por outra, a pesquisa concluiu que a aproximação entre CEBs e RCC deu origem a diferentes modos de convivência.

No que diz respeito à dimensão sociopolítica, o Brasil experimentou a partir de 2003 um ciclo de conquistas socioeconômicas, com redução dos índices de pobreza, e conquistas na afirmação de direitos de alguns segmentos sociais, como mulheres, negros, grupos LGBTI, povos tradicionais. Foi também um período de intensa participação social, com a eleição Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da república e de sua sucessora, Dilma Rousseff. A conjuntura econômica internacional permitiu que o governo implementasse políticas de melhoria das condições de vida do povo, sem reduzir o lucro dos bancos e empresas.

Neste período, lideranças de movimentos populares que tiveram sua militância iniciada nas CEBs participaram ativamente do governo e dos conselhos de políticas públicas. Estes, assim como a maioria dos movimentos sociais, estiveram muito próximos da estrutura governamental deixando de denunciar abertamente as contradições da agenda política e econômica. Apenas uma pequena parcela de militantes políticos ligados às CEBs manteve um posicionamento crítico em relação aos governos petistas. Alguns se desfilaram, migrando ou não para outros partidos, e uns poucos permaneceram no PT exercendo a crítica internamente.

A Conferência de Aparecida (2007)

Já no contexto eclesial, os anos 2000 foram de aprofundamento da centralização e da clericalização com a eleição de Joseph Ratzinger como papa em 2005. Duro crítico da Teologia da Libertação, o novo papa aumentou o controle e retirou ainda mais a autonomia das Conferências Episcopais nacionais. Em 2007, esteve na abertura da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho, realizada na cidade de Aparecida (Brasil). Não obstante o controle da Cúria Romana durante a preparação e na revisão das conclusões desta Conferência, o documento final restabeleceu o uso do método Ver-Julgar-Agir consagrado na pastoral da América Latina. O texto final insiste na necessidade de uma conversão pastoral de toda a Igreja e propõe que os batizados se tornem discípulos missionários.

No que diz respeito às CEBs, os bispos afirmaram que elas têm sido escolas de formação de cristãos comprometidos com sua fé e reconheceram que elas “*permitiram ao povo chegar a um conhecimento maior da Palavra de Deus, ao compromisso social por causa do Evangelho, ao surgimento de novos serviços leigos e à educação da fé dos adultos*” (DAP, 178). No número seguinte são reconhecidas como “*expressão visível da opção preferencial pelos pobres*”. Mas são colocadas como resposta às exigências da evangelização ao lado de “*outras formas válidas de pequenas comunidades, de movimentos, grupos de vida, de oração e de reflexão da palavra de Deus*” (DAP, 180). Trechos em que os bispos manifestavam a eficácia das CEBs na evangelização e as declaravam como manifestações do Espírito na Igreja da América Latina depois do Vaticano

II foram cortados na revisão feita em Roma antes de sua publicação¹⁷.

Os Encontros Intereclesiais desta década aconteceram em Ipatinga (Minas Gerais – 2005) e Porto Velho (Rondônia – 2009), reuniram milhares de participantes e abordaram respectivamente os temas da espiritualidade e da ecologia.

Nestes primeiros anos do novo século, estava-se diante novamente de um contexto otimista do ponto de vista socioeconômico e político, com melhorias econômicas para os mais pobres e com intensa participação social em conferências municipais, estaduais e nacionais para discutir políticas públicas, com importante engajamento de membros das CEBs. Mas do ponto de vista eclesial eram tempos extremamente desfavoráveis às CEBs, quando boa parte das autoridades eclesiásticas passou a valorizar e incentivar as “novas comunidades” de vida e de aliança, derivadas da RCC.

Mesmo assim, por insistência de uma parcela do episcopado que mantinha seu apoio às CEBs, a década se encerra com a aprovação pela CNBB de um pequeno documento intitulado: Mensagem ao Povo de Deus sobre as CEBs (maio de 2010). Nele os bispos, logo no início, afirmam que “*elas continuam sendo um sinal de vitalidade da Igreja*” e resgatam o que foi expresso em Medellín, que elas são “*o primeiro e fundamental núcleo eclesial (...), célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial de promoção humana (...)*”. As CEBs são apresentadas como experiências de sociabilidade comunitária, de cooperação e de solidariedade, em tempos de globalização em que a lógica do mercado introduz relações

17 Ver Tracco (2014). Para um quadro comparativo do texto aprovado pelos bispos sobre as CEBs e do publicado após a revisão ver Menezes (2012).

de competição. Os bispos reconhecem que a *“interação entre a CEB enquanto organismo eclesial e a comunidade local de vizinhos é uma das grandes contribuições da Igreja à conquista de direitos em nosso país”*. Três novos aspectos aparecem neste documento: a relação das CEBs com o cuidado com o meio ambiente; a participação de seus membros em grupos de economia popular e solidária; e o diálogo ecumênico e inter-religioso como uma das dimensões da espiritualidade cultivada pelas CEBs. Além disso, a noção de rede de comunidades e a redefinição da função da matriz paroquial como articuladora de comunidades também são referidas neste documento.

No entanto, está na conclusão do documento 92 a principal mudança da visão do episcopado brasileiro com relação às CEBs: eles afirmam que existem *“outras células vivas da Igreja, comunidades de discípulos e discípulas geradas pelo encontro com Jesus Cristo, Palavra feito carne (cf. Jo 1,14), como são os movimentos, as novas comunidades, as pequenas comunidades”* com as quais as CEBs devem estar em comunhão na rede de comunidades que a paróquia é chamada a ser.

Em tempos de Francisco e de regressão democrática no Brasil

O ciclo iniciado com a eleição de Lula foi encerrado em 2016, após uma profunda crise política, com perda de legitimidade dos agentes políticos, em virtude das denúncias de corrupção e do mau uso dos recursos públicos. A presidente Dilma Rousseff foi reeleita com uma pequena margem de votos em 2014, mas foi alvo de uma intensa

campanha contrária, que culminou com a interrupção de seu segundo mandato, tendo sido substituída pelo vice-presidente. Michel Temer. Este iniciou um programa de reformas contrárias aos interesses da população, como a reforma trabalhista e a lei que congelou por 20 anos os gastos com políticas sociais, além de ter enviado ao Congresso um projeto de reforma da previdência social.

As eleições de 2018 levaram à presidência Jair Bolsonaro, um deputado com 28 anos de atuação parlamentar inexpressiva, defensor da ditadura militar, da tortura, e que coleciona inúmeras declarações racistas e misóginas. Um dos pontos de sua plataforma foi a ampliação do porte de armas para a população em geral. Sua eleição foi possível depois que Lula, candidato com maior índice de intenções de voto, foi preso e impedido de disputar as eleições. O presidente eleito recebeu apoio significativo de setores evangélicos e católicos conservadores, que têm afinidade com sua agenda no campo dos costumes (referente à limitação dos direitos das mulheres e da população LGBTI).

São tempos de aprofundamento do conservadorismo, de ameaças e retirada de direitos adquiridos; de crise econômica que tende a se aprofundar; com sério risco de perda das conquistas recentes; de catástrofes ambientais; de perda de horizonte utópico. O presidente tem levado adiante um programa de reformas ultraliberal.

Por outro lado, o grande acontecimento da conjuntura eclesial recente foi, sem dúvidas, a eleição do papa Francisco em 2013. Nascido e formado na América Latina, influenciado pelo magistério da Igreja no continente, Francisco foi presidente da comissão de redação do documento de Aparecida, quando ainda era arcebispo de Buenos Aires.

O papa tem surpreendido a todos, com seus gestos, atitudes, declarações e escritos, nos quais reafirma a centralidade dos pobres, a prática da misericórdia, a sinodalidade, o cuidado com o meio ambiente. Em poucos anos convocou quatro sínodos (sobre a Família, sobre a Juventude, sobre a Amazônia e sobre a Sinodalidade). Lançou a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, em que expõe seu programa de pontificado, por uma “Igreja em Saída” e indica a necessidade de uma conversão pastoral; a encíclica *Laudato Si'*, sobre o cuidado da casa comum, em que faz um apelo à conversão ecológica; a Exortação Apostólica *Querida Amazônia*, e a Constituição Apostólica *Episcopalis Communio* sobre a função e a estrutura do Sínodo dos Bispos, um apelo à conversão metodológica à sinodalidade na Igreja toda para caminhar juntos.

Francisco explicitou seu apoio às CEBs tanto no discurso aos bispos do CELAM durante sua viagem ao Brasil em 2013, como nas cartas enviadas aos/às participantes do 13º. e do 14º. Intereclesiais, acontecidos em Juazeiro do Norte (2014) e Londrina (2018), que abordaram as temáticas da justiça e profecia e do mundo urbano, respectivamente. Na *Evangelii Gaudium*, o papa cita as CEBs em primeiro lugar quando se refere às instituições eclesiais, que “são uma riqueza da Igreja que o Espírito suscita para evangelizar todos os ambientes e setores” (EG, 29). Por estas razões, os membros das CEBs e agentes pastorais que as acompanham se sentem confirmados em seu modo de viver a eclesialidade pelo magistério e pelas atitudes de Francisco.

Neste contexto, também têm surgido e adquirem visibilidade movimentos eclesiais ultraconservadores, com apoio de uma parcela do clero, que negam as inovações do Concílio Vaticano II, às vezes retomando símbolos e práticas da

Idade Média como, por exemplo, os Arautos do Evangelho. Também há oposição frontal a Francisco da parte de alguns cardeais, que têm criticado publicamente as atitudes e os escritos papais.

Considerando o conjunto de igrejas locais, as CEBs vivem múltiplas situações: em poucas dioceses permanecem como célula fundamental da ação pastoral, elemento estrutural; em outras fazem parte da dinâmica pastoral, como mais um elemento, ao lado de outras formas organizativas; em outras dioceses constituem pequenos grupos que resistem praticamente sem apoio. De todo modo, é inegável que as CEBs são portadoras e herdeiras da eclesiologia conciliar e que mantêm vivo o espírito profético na Igreja.

4. Para continuar a caminhada

Mais uma vez estamos diante de um contexto socioeconômico e político extremamente desfavorável, como aquele que deu origem às CEBs. Já a conjuntura eclesial é contraditória para as CEBs, que se sentem apoiadas pelas orientações de Francisco, mas que enfrentam duras reações de um episcopado, em sua maioria, constituído nos tempos de João Paulo II e de Bento XVI, e de um clero majoritariamente formado numa direção contrária ao Concílio Vaticano II. Trata-se de uma confluência de conjunturas semelhante ao período de surgimento das CEBs: negativa do ponto de vista sociopolítico e positiva do ponto de vista das indicações do papa Francisco. Isso poderia significar um novo ciclo de impulso das CEBs.

Que futuro esta complexa situação reserva às CEBs? Que desafios elas precisam enfrentar agora que não con-

tam mais com aquele segmento expressivo de bispos e agentes de pastoral animados e comprometidos com as mudanças conciliares? Além disso, muitas lideranças das CEBs pioneiras já morreram, outras estão cansadas e desamainadas diante de tantas críticas, da falta de apoio do clero e do avanço da centralização e do clericalismo. Há também certa dificuldade em manter jovens nas comunidades, por diversos fatores, entre eles a resistência de lideranças adultas reconhecerem o protagonismo juvenil, restringindo o diálogo intergeracional. E isso não favorece a renovação de lideranças.

Para continuar sendo “células vivas da estrutura eclesial”, as CEBs precisam se sustentar em leigos e leigas bem formados, conscientes de sua cidadania eclesial conferida pelo batismo. Também devem fortalecer os vínculos e o diálogo com bispos e agentes de pastoral que lhe são próximos, muito embora careçam de uma atitude profética como a que marcou aqueles das primeiras décadas pós-conciliares.

As CEBs precisam retomar com vigor os elementos identitários de seus primeiros tempos: o alicerce na Palavra de Deus, refletida e celebrada em comunidade; a vivência de uma espiritualidade encarnada, alimentada na liturgia comunitária; a decidida opção pelos empobrecidos, considerando tanto seu sofrimento existencial como sua situação social. Mais que nunca as CEBs precisam se aliar a outras organizações sociais na defesa dos direitos ameaçados de grupos vulneráveis. Devem também apoiar as iniciativas de organização popular, por menores que sejam, com vistas à melhoria das condições de vida das pessoas.

Uma das tarefas prioritárias das CEBs deve ser ajudar na recriação de um horizonte utópico que dê sentido à vida de todos e todas, em especial de quem se encontra desen-

cantado, ferido, sem perspectivas. Permanecendo firmes no seguimento de Jesus, as CEBs no Brasil seguem neste século XXI como um sinal de esperança no meio do povo, de solidariedade e da paz, que é fruto da justiça.

Referências

- CARAMURU DE BARROS, Raymundo. *Comunidade Eclesial de Base: uma opção pastoral decisiva*. Petrópolis: Vozes, 1967.
- CARAMURU DE BARROS, Raymundo (SERVUS MARIAE). *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CONFERÊNCIA Episcopal da América Latina (CELAM). *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II*. Conclusões da Conferência de Medellín. São Paulo: Paulinas, 1968.
- CONFERÊNCIA Episcopal da América Latina (CELAM). *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Conclusões da Conferência de Puebla. São Paulo: Paulinas, 1979.
- CONFERÊNCIA Episcopal da América Latina (CELAM). *Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã*. Conclusões da Conferência de Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1992.
- CONFERÊNCIA Episcopal da América Latina (CELAM). *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe. São Paulo: Paulus, 2007.
- CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. *Comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1983 (*Documentos da CNBB*, 25).
- CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. *Mensagem ao Povo de Deus sobre as CEBs*. São Paulo: Paulinas, 2010 (*Documentos da CNBB*, 92).

- LESBAUPIN, Ivo. O Vaticano e a Igreja no Brasil. *Comunicações do ISER*, ano 9, n. 39, 1990, pp. 17-32.
- LESBAUPIN, Ivo. As comunidades de base e a transformação social. In: BOFF, Clodovis et alii. *As comunidades de base em questão*. São Paulo: Paulinas, 1996, pp. 47-74.
- LESBAUPIN, Ivo et alii. *As CEBs hoje*. Rio de Janeiro / São Leopoldo: Iser Assessoria / CEBI, 2004.
- MENEZES, Daniel Higino Lopes de. CEBs: do Vaticano II a Aparecida. In: OROFINO, Francisco, COUTINHO, Sérgio Ricardo e RODRIGUES, Solange S. (Orgs.). *CEBs e os desafios do mundo contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2012, pp. 31-56.
- MURAD, Afonso. Santo Domingo: princípios hermenêuticos de leitura. *Perspectiva Teológica*, 25 (1993), pp. 11-29.
- RODRIGUES, Solange dos Santos. *Comunidades eclesiais de base no Brasil: interfaces entre religião, política e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997 (Dissertação de mestrado).
- RODRIGUES, Solange dos Santos. Reflexões sobre identidade e diversidade das CEBs brasileiras. In: OROFINO, Francisco, COUTINHO, Sérgio Ricardo e RODRIGUES, Solange S. (Orgs.). *CEBs e os desafios do mundo contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2012, pp. 101-117.
- TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo, Paulinas, 1988.
- TRACCO, Celso Luiz. As CEBs em Aparecida: a retomada de um modelo de evangelização? *Revista de Cultura Teológica*, n. 84, 2014, pp. 26-50.

ANEXO

ENCONTROS INTERECLESIASIAIS DE CEBs NO BRASIL

Encontro	Data	Local	Tema / Lema	Participantes
I	1975	Vitória – ES	Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus	70
II	1976	Vitória – ES	Igreja, povo que caminha	100
III	1978	João Pessoa – PB	Igreja, povo que se liberta	200
IV	1981	Itaici – SP	Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação	280
V	1983	Canindé - CE	CEBs: povo unido, semente de uma nova sociedade	500
VI	1986	Trindade - GO	CEBs: povo de Deus em busca da terra prometida	1.647
VII	1989	Duque de Caxias – RJ	CEBs: povo de Deus na América Latina a caminho da libertação	1.800
VIII	1992	Santa Maria – RS	CEBs: culturas oprimidas e a evangelização na América Latina	2.326
IX	1997	São Luís - MA	CEBs: vida e esperança nas massas	2.800
X	2000	Ilhéus – BA	CEBs: Povo de Deus, 2000 anos de caminhada Lema: Memória e Caminhada, Sonho e Compromisso	3.036
XI	2005	Ipatinga - MG	CEBs, espiritualidade libertadora Lema: Seguir Jesus no compromisso com os excluídos	3.600
XII	2009	Porto Velho – RO	CEBs, Ecologia e Missão Lema: Do ventre da terra, o grito que vem da Amazônia	3.010
XIII	2014	Juazeiro do Norte - CE	Justiça e profecia a serviço da vida Lema: CEBs, Romeiras do Reino no campo e na cidade	4.036
XIV	2018	Londrina - PR	CEBs e os desafios do mundo urbano Lema: eu vi e ouvi os clamores do meu povo e desci para libertá-lo (Ex 3,7)	3.300

Fontes: Diversas publicações sobre os Encontros Intereclesiais de CEBs.

AS PRIMEIRAS COMUNIDADES CRISTÃS

Fundamentação bíblica das CEBs

Carlos Mesters e Francisco Orofino¹

Quando nos debruçamos sobre os escritos do Novo Testamento, nos chama a atenção a rapidez com que a mensagem de Jesus Cristo vai se expandindo e se fazendo presente num grande número de cidades. Os primeiros cristãos tinham um vigor que lhes levava a pregar o Evangelho por toda a parte, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades e perigos. Esta difusão da Palavra acontecia na força do Espírito. Era o Espírito Santo que movia os apóstolos e as apóstolas a viver a anunciar a Palavra. Esta vivência do Evangelho gerava as comunidades. Esta expansão da Palavra e o surgimento das comunidades é o assunto que vamos abordar aqui.

¹ Frei Carlos Mesters é frade carmelita. Formou-se aqui no Brasil. Estudou Bíblia em Roma e em Jerusalém entre 1954 e 1963. Desde 1973 trabalha com Bíblia nas CEBs. Participa do CEBI desde seu início até hoje. Atualmente mora em Unaí, MG.

Francisco Orofino é leigo católico. Estudou Bíblia na PUC-Rio entre 1995 e 2000. Desde 1985 trabalha com Bíblia nas CEBs, principalmente nas cidades da Baixada Fluminense. É assessor do CEBI e do Iser Assessoria. Atualmente mora em Nilópolis, RJ.

Existem vários caminhos para termos uma ideia do que aconteceu nas origens das comunidades. Estes caminhos nos permitem observar, de perto e de vários ângulos, a vida e a história das primeiras comunidades cristãs. Nesta proposta, vamos seguir as etapas históricas do cristianismo primitivo, numa caminhada de cerca de setenta anos, desde o dia de Pentecostes até o começo do segundo século da Era Cristã (EC). Durante a caminhada, vamos notar o processo de crescimento que houve nesta época, bem como os desafios, as dificuldades e as tensões existentes. Lendo assim a caminhada das comunidades originais, podemos despertar para o processo histórico das nossas comunidades e para a situação concreta que vivemos hoje, aqui, no Brasil do século XXI.

Existem muitas maneiras de dividir a história em etapas ou períodos. Isto depende muito do critério que se adota. Aqui vamos adotar o critério das gerações cristãs a partir do surgimento dos livros hoje presentes no Novo Testamento. Os historiadores consideram três gerações distintas:

- a primeira geração cristã, as testemunhas oculares, ou seja, as pessoas que estavam no seguimento de Jesus “desde o batismo de João até o dia em que foi arrebatado do meio de nós” (At 1,22). A estes se juntarão, aos poucos, as novas testemunhas convertidas ou “os ministros da Palavra” (cf. Lc 1,1-2). Esta geração vai desde Pentecostes (por volta do ano 30 da EC) até a destruição do templo de Jerusalém pelos romanos (ano 70 EC).

- a segunda geração cristã, que descreve a expansão da Palavra pelo mundo greco-romano e o surgimento da literatura cristã. Esta etapa vai da destruição de Jerusalém até a perseguição do imperador Domiciano (ano 96 EC).

- a terceira geração cristã, onde percebemos a organização das igrejas e o surgimento dos ministérios hierárquicos. Esta etapa vai desde a perseguição de Domiciano até a destruição definitiva de Jerusalém pelo imperador Adriano (135 EC).

Em cada etapa destas é importante notar o contexto nacional da Palestina e o contexto internacional do Império Romano. Afinal, tanto ontem como hoje, é a situação ou conjuntura nacional e internacional que mais influi na vida cotidiana das comunidades. Estas duas conjunturas nos ajudam a entender as mudanças que vão ocorrendo no mundo e seus reflexos na vida das comunidades.

Primeira geração cristã (de 30 EC até 70 EC)

1. As origens

Tudo começou no dia de Pentecostes. Cheios do Espírito Santo, os discípulos e discípulas perderam o medo e saíram para a rua. Temos então o primeiro anúncio público da Boa Nova de Jesus (At 2,1-36). Esta Boa Nova do Ressuscitado se espalha rapidamente pela Galileia e pela Judeia (At 2,41.47; 4,4; 5,14; 6,7). Num curto espaço de dez anos, o então chamado “Movimento de Jesus” vai se estabilizando em pequenas comunidades. Sobre este início das comunidades sabemos muito pouco. O livro dos Atos dos Apóstolos pouco ou nada informa sobre estas comunidades da origem. O que podemos perceber é que o centro desta nova proposta de vida são as cidades à beira do mar da Galileia. Nesta fase inicial, os cristãos são todos galileus e judeus convertidos. Eles continuavam a fazer sua peregrinação anual a Jerusa-

lém, onde eram bem vistos e tinham a simpatia do povo (At 2,47). Eram considerados como um dos muitos movimentos de renovação e de contestação no interior do judaísmo. Estas comunidades eram vistas como uma proposta renovadora, à margem do judaísmo oficial, centrado nas sinagogas e na observância da Lei de Moisés.

A origem do cristianismo foi na região rural da Palestina. Estas primeiras comunidades, centradas nas casas de famílias, eram animadas e sustentadas por grupos de missionários ambulantes. Estes missionários, diferentes dos missionários fariseus, não levavam nada no caminho, mas deveriam confiar na solidariedade das comunidades. Na primeira casa onde entravam se hospedavam, ali permaneciam, vivendo a vida da família e pregando o Evangelho ao povo. Alguns destes códigos de conduta dos evangelizadores rurais foram preservados nos evangelhos (cf. Mt 10,5-10; Lc 10,2-9). Alguns nomes aparecem como lideranças nesta época: Maria Madalena; Pedro; Tiago, o irmão de Jesus; Marta e Maria; Salomé; José de Arimateia; Nicodemos etc.

Vemos também que, no início, a proclamação do Evangelho se concentrava no anúncio da chegada do Reino de Deus (Mt 10,6) confirmado pela morte e ressurreição de Jesus (At 2,23 até 3,6; 4,10-12). Estas equipes missionárias não tinham nenhum instrumento ou livros. Ainda não existia o Novo Testamento. Usavam a Sagrada Escritura (Mt 21,42; Mc 12,24) que, posteriormente, tornou-se o Antigo Testamento (2Cor 3,14). Eles usavam a Bíblia, lida e relida com os olhos novos, dados pelo Espírito e pela Ressurreição. Esta leitura era feita com as pessoas que se congregavam nas comunidades. Nesta leitura, eles procuravam encontrar os textos da Escritura que os ajudava a entender melhor o alcance da novidade que agora estava

vivendo em Cristo. Nesta releitura cristã das Escrituras, está a semente daquilo que será mais tarde colocado por escrito nos livros do Novo Testamento.

Onde as palavras da Escritura não eram suficientes, as comunidades começaram a recordar os gestos e as palavras do próprio Jesus, para que servissem de formação, de animação e de orientação na caminhada das comunidades (At 10,38; 11,16). Esta lembrança era respaldada e confirmada pela presença das testemunhas oculares. Aos poucos vão surgindo pequenos escritos lembrando estes gestos e palavras. Aqui está a origem dos evangelhos.

2. Vivências e tensões

Desde cedo as lideranças do Movimento de Jesus transferiram-se para Jerusalém. Aguardavam o retorno triunfal do Ressuscitado. Participavam das orações no templo e celebravam nas casas. Aos poucos foram criando uma liturgia própria, centrada numa nova visão da Páscoa. Esta presença em Jerusalém trouxe várias tensões para dentro das comunidades já que o seguimento de Jesus passou a significar uma série de rupturas com as antigas tradições judaicas. Para seguir Jesus era necessário romper com a família, com a sinagoga, com o templo, com o sábado, com a Páscoa, com a circuncisão, com as normas alimentares, com a leitura tradicional da Escritura. Tais gestos radicais começaram a chamar a atenção das autoridades judaicas para os seguidores e seguidoras de Jesus. Começam os conflitos com as autoridades e a perseguição às comunidades (At 8,1).

Já nesta primeira etapa, percebemos uma semente de divergência dentro das comunidades e que, ao longo dos

anos, foi se acentuando. Era uma divergência que já vinha do judaísmo. Havia uma vivência religiosa judaica na Palestina, centrada no templo e nas sinagogas. E havia uma vivência religiosa nas comunidades da diáspora, ou seja, nas comunidades judaicas que não viviam na Palestina. Esta divergência se refletiu na vida das primeiras comunidades cristãs. De um lado, havia comunidades que seguiam a liderança de Tiago e dos irmãos de Jesus, com uma vivência cristã mais judaica, reforçada na fidelidade à Lei e às tradições dos Antigos (cf. Mc 7,5; Gl 1,14), no respeito ao templo, ao sábado e às normas alimentares. De outro lado, havia comunidades que seguiam a liderança de Pedro e dos Doze, mais abertos às novidades trazidas por Jesus, fazendo uma leitura diferente das Escrituras e acolhedores dos judeus helenizados, aceitando a presença de judeus oriundos da diáspora, como Estevão, Barnabé e Saulo.

A partir dos conceitos presentes nos primeiros escritos cristãos, podemos perceber o desenvolvimento de um processo formativo para as pessoas que se apresentavam para entrar no seguimento de Jesus. Elas eram atraídas pelo anúncio (*kerigma*) feito pelo testemunho das comunidades. Este anúncio provocava a conversão (*metanoia*) das pessoas, levando-as a uma radical mudança de mentalidade e discernindo sobre as rupturas exigidas pela adesão a Jesus. Todo este processo era acompanhado pela formação e pela instrução (*catechein*) dada pelas testemunhas oculares ou pelos ministros e ministras da Palavra. Durante este tempo, a pessoa era avaliada a respeito da sua inserção comunitária e de sua capacidade de assumir a proposta da comunhão fraterna (*koinonia*). Uma vez admitida aos rituais do batismo e da partilha do pão (*leiturgia*), a pessoa assumia os serviços comunitários (*diakonia*) e o testemunho público (*martyria*).

3. A conjuntura sociopolítica e as comunidades

Entre os anos de 39 a 44 EC, houve uma profunda mudança da conjuntura que deixou marcas acentuadas na comunidade judaica e que também se refletiu nas comunidades cristãs. Com o governo de Calígula e a divinização em vida do imperador, este exigiu que sua estátua fosse colocada no templo de Jerusalém. Tal medida provocou uma reação forte por parte dos judeus, que fizeram tudo para evitar tal profanação do espaço sagrado do judaísmo. Esta ameaça, ainda que não tenha se concretizado devido ao assassinato do imperador lá em Roma, reacendeu o sentimento antirromano, estimulando a desconfiança pelos estrangeiros e fez crescer os movimentos nacionalistas que pediam uma radical observância das tradições judaicas. Assim, a partir dos anos quarenta a rebelião assumiu um rosto radical com o partido do Zelo ou os zelotes. Surgiram novos movimentos messiânicos. Houve um aumento da desconfiança, da repressão e do ódio. O quadro político caiu num radicalismo que irá desembocar na guerra judaica e na destruição total do país (66-70 EC). Esta nova conjuntura repercutiu também nas comunidades cristãs cujos membros eram todos judeus. Nesta mistura entre políticas e práticas religiosas, aumentaram as divergências dentro das comunidades. De um lado, fortaleceu-se a tendência daqueles que insistiam na observância das normas legais e nas tradições paternas. Este grupo, guiado por Tiago, o irmão do Senhor, seguiu a tendência geral do judaísmo fariseu e começou a evitar o contato e a convivência com os estrangeiros (Gl 2,11-13). Mas não aderiram ao radicalismo político. Foram duramente perseguidos (At 12,1-3) e tiveram que fugir quando começou a guerra judaica.

De outro lado, os judeus helenistas como Barnabé e Saulo, já não se sentem à vontade com os rumos tomados pelas comunidades em Jerusalém e saem à procura de outro lugar para viver e trabalhar. Na cidade de Antioquia surge um novo centro de irradiação da Palavra de Deus e de lá passam a anunciar a Boa Nova para outras cidades e regiões (At 9,29-30). Neste período, as comunidades começaram a despertar para sua própria identidade. No entanto, os primeiros a perceber que havia uma diferença entre as comunidades tradicionais judaicas e as novas comunidades dos seguidores e seguidoras de Jesus Cristo não foram os próprios membros das comunidades, mas sim os outros, os de fora. Foi o povo de Antioquia que percebeu esta diferença. E, para distingui-los dos demais judeus, pela primeira vez, os seguidores de Jesus passam a ser chamados de cristãos (At 11,26). A partir do nome dado pelo povo, as comunidades nas cidades greco-romanas começaram a dar-se conta de sua nova identidade. Em outras palavras, a crise provocada pela mudança da conjuntura favoreceu uma nova missão, a atividade das equipes missionárias nas grandes cidades do império greco-romano. Os primeiros cristãos souberam ler os sinais dos tempos e dar uma resposta adequada.

4. A expansão missionária nas cidades do império

A partir desta nova missão, temos mais dados, já que os primeiros escritos do Novo Testamento são frutos desta ação missionária. São informações seguras, mas limitadas. Elas falam somente da atividade das equipes missionárias lideradas por Barnabé e Paulo e sobre a expansão das co-

munidades pelas cidades das províncias orientais do império romano (Ásia, Galácia, Macedônia e Acaia). Pouco ou nada informam sobre outras equipes missionárias ou sobre as comunidades que vão surgindo no norte da África (Alexandria), ou na Itália (Roma). O livro dos Atos dos Apóstolos, escrito que nos traz a maioria das informações, não tem por objetivo fazer uma descrição histórica da vida das comunidades. O interesse deste livro não é tanto descrever o que de fato *houve*, mas sim como *deve ser* a vida das comunidades na época em que ele foi escrito. Quando Atos fala unicamente de Paulo (At 16 até 28), não é porque Paulo fosse o único evangelizador, mas sim porque Paulo, de certo modo, é visto como o modelo simbólico de todos os missionários e missionárias deste período. No modelo proposto em Atos através da atividade de Paulo, a mensagem de Jesus é transmitida e vivida em comunidades. Evangelizar é criar e manter comunidades.

Atos deixa claro que, em muitos lugares, Paulo e sua equipe simplesmente continuam o trabalho já iniciado por outras pessoas. Por exemplo, quando Paulo chega a Corinto, se hospeda na igreja que se reúne na casa do casal Áquila e Priscila. A trajetória deste casal em Atos mostra a grande mobilidade das famílias cristãs nas cidades do império. Áquila e Priscila se converteram em Roma. Expulsos de Roma na perseguição de Claudio foram para Corinto. Lá, abriram uma nova casa e, ao mesmo tempo, surge uma nova igreja. Depois que hospedam Paulo, juntam-se a ele na ação missionária. A pedido de Paulo, Áquila e Priscila vão para Éfeso. Segundo Atos, o casal é fundador da igreja em Éfeso. Quando, mais tarde, Paulo vai para Éfeso, se hospeda na casa deles, de onde escreve a carta aos coríntios. Por lá passou também Apolo, vindo da comunidade de

Alexandria, no Egito (At 18,24-28). Apolo recebe de Priscila instruções mais seguras a respeito de Jesus. As comunidades que se reuniam nas casas eram, ao mesmo tempo, centro de celebrações e de instrução.

Atos descreve esta impressionante expansão missionária nas três viagens feitas pela equipe missionária. Também as cartas autênticas de Paulo nos ajudam a entender esta etapa da vida das igrejas. Estas viagens marcam a passagem do Evangelho de uma realidade do mundo rural e cultural judaico para o mundo cosmopolita das grandes cidades da cultura greco-romana. Aos poucos as comunidades vão abandonando as sinagogas e surgem ao redor das casas nas periferias das cidades helenistas. Esta passagem foi marcada por forte tensão entre os cristãos vindos do judaísmo com os novos cristãos vindos do paganismo. Novas etnias e distintas culturas vão exigir maior vivência das rupturas com as antigas tradições judaicas. As comunidades tiveram que passar por um lento e doloroso processo de conversão interior. Podemos sentir todas estas tensões na carta que Paulo escreve aos gálatas. Aos poucos os cristãos vindos do judaísmo passaram pela dificuldade de romper com a ideologia do único povo eleito, privilegiado por Deus entre todos os povos da terra, para a certeza da universalidade (*catolicidade*) da salvação trazida por Jesus para todos os povos, raças, línguas e nações. A mensagem do Evangelho era assumida agora por um único povo de Deus, formado pelas mais diferentes culturas e etnias.

Toda identidade se constrói através de processos. Para as comunidades, o grande caminho para encontrar um denominador comum foi o *sínodo* (*caminhar juntos*). Quando surgiram as tensões entre Antioquia e Jerusalém a respeito da comunhão de mesa entre cristãos vindos do judaísmo e

os novos cristãos vindos do paganismo, uma delegação de apóstolos de Antioquia foi ao encontro da comunidade de Jerusalém. Num debate aberto e fraterno, as posições de Antioquia, de uma total comunhão de mesa, superando as normas alimentares dos judeus, foram vencedoras. Tiago e a comunidade de Jerusalém não mais exigiram dos pagãos convertidos a estrita observância da Lei de Moisés. A abertura para os pagãos foi vitoriosa (cf. At 15,1-21; Gl 2,6-12).

5. A atuação das mulheres

Neste período inicial, foi de grande importância a presença e atuação das mulheres. Na cultura judaica, havia sérias restrições à presença de mulheres nas sinagogas. Mas nas casas, elas concelebravam com seus maridos nas cerimônias pascais. Até hoje a Páscoa é celebrada assim entre os judeus. Já na cultura grega, as mulheres eram totalmente proibidas de qualquer presença ativa no espaço público. A sua função era a vida doméstica. Desta forma, a mulher só poderia ter um papel ativo na vida das comunidades se estas funcionassem dentro das casas de família. É aqui que percebemos a importância das comunidades como *igrejas domésticas*. A criação destas igrejas domésticas possibilitou maior influência e participação das mulheres na vida das comunidades.

Algumas casas foram transformadas em igrejas. Ora, para que uma casa se transformasse em igreja, deveria haver total comunhão entre marido e mulher que, desta forma, presidiam as celebrações dentro da casa renovada. É sintomático que quando Paulo manda saudações para uma Igreja, geralmente cita o nome do casal. Assim fica-

mos sabendo da igreja que se reúne na casa de Áquila e Priscila, de Filêmon e Ápia; de Andrônico e Júnia; de Filólogo e Júlia (cf. Rm 16,3-16). Sabemos também de casas cristãs que eram dirigidas apenas por mulheres, como a casa de Lídia, em Filipos ou a casa de Ninfa, em Laodiceia. Aqui poderíamos destacar a casa de Tabita, uma discípula de Jesus que coordenava um grupo de viúvas em Jope (At 9,36-43). Elas se reuniam para orar e trabalhar na confecção de roupas para os pobres.

Quando Paulo encerra sua longa carta aos romanos (cf. Rm 16), envia uma série de saudações para um grande número de pessoas. Nestas saudações, podemos perceber uma série de mulheres que ocupam postos e ministérios importantes na vida das comunidades. Em primeiro lugar, a carta é colocada nas mãos de Febe, *diaconisa* das comunidades de Cencreia. Manda lembrança para seus *colaboradores* Áquila e Priscila. Saúda certa Maria “que muito *trabalhou* por vocês”. Manda lembranças para o casal Andrônico e Júnia, “*companheiros* de prisão e *apóstolos* importantes”. Saúda várias mulheres, como Trifena, Trifosa, Pérside, que muito *trabalharam* pelo Senhor. Estas e outras afirmações mostram que as mulheres ocupavam funções importantes na vida e na organização das comunidades. Vemos que Paulo fala com toda a naturalidade de mulheres que são discípulas, diaconisas, colaboradoras, apóstolas, companheiras e trabalhadoras na vinha do Senhor.

Nesta fase da vida das comunidades, as mulheres aparecem aqui como elos vivos na rede formada pelas casas e igrejas. São colaboradoras fiéis do ministério apostólico e responsáveis pela expansão do Evangelho no meio das cidades. Não somente ajudam, mas lideram a organização e a animação celebrativa destas comunidades que busca-

ram viver, na radicalidade do batismo, a igualdade entre mulheres e homens.

6. Releituras e escritos

Neste período, começa surgir a futura coleção que chamamos hoje de Novo Testamento. Esta experiência nova de viver a partir do mistério de Jesus Cristo, morto e ressuscitado, era tão grande que as palavras das Escrituras herdadas do judaísmo já não serviam de fonte de inspiração para orientar as comunidades cristãs. Os escritos que surgirão explicitavam melhor a nova experiência de vida, buscavam soluções para as tensões e conflitos e serviam de base para a instrução.

Neste período, o que temos hoje no NT são as cartas consideradas “autênticas” do apóstolo Paulo e de sua equipe missionária. São elas: a carta aos romanos, as cartas aos coríntios, as cartas aos tessalonicenses, a carta aos filipenses, a carta aos gálatas e o pequeno bilhete a Filêmon e Ápia. Paulo escreve para animar as comunidades por ele fundadas. Nesta época, surgem a carta de Tiago e a carta de Judas, relatando experiências da comunidade judaica de Jerusalém. Estas cartas foram guardadas e copiadas pelas comunidades e acrescentadas à antiga coleção das Escrituras judaicas. Aos poucos começam a ser vistas como uma nova expressão da Palavra de Deus, ao lado da antiga Bíblia dos judeus.

Ao mesmo tempo, continua o esforço para recolher, reler e transmitir os gestos e as palavras de Jesus. Por volta do ano 45, surgem coleções de palavras (parábolas) e gestos (milagres) que foram utilizados mais tarde pelos evangelistas para compor os evangelhos escritos.

7. A crise dos anos 60 e o fim da primeira geração.

A tensão na Judeia, que vinha desde o governo de Calígula (37-41) chegou a uma revolta aberta contra Roma no ano 66 EC. Os zelotes promoveram ao mesmo tempo uma guerra contra Roma e uma revolução social dentro do judaísmo. Eles tomam Jerusalém e eliminam a classe sacerdotal e o partido dos saduceus. Roma concentra seus exércitos para recuperar a Palestina, passagem vital entre Egito e Síria.

Em 68, em consequência das políticas de Nero (54-68), o império romano é dilacerado por levantes militares que desembocam numa guerra civil. Em um ano Roma teve cinco imperadores! A confusão foi geral. No final, vence Vespasiano, comandante das legiões envolvidas na guerra judaica. Seu filho Tito comandará a guerra contra os judeus e no ano 70 tomará Jerusalém e queimará o templo.

Neste contexto conturbado de guerras e golpes, três acontecimentos marcam o fim da primeira geração de cristãos, causando uma crise muito grande nas comunidades: a perseguição aos líderes cristãos, com a morte de Tiago, Pedro e Paulo; o levante e o massacre das comunidades judaicas em várias cidades do império, sobretudo no Egito; e a revolta judaica na Palestina que acabou por destruir o país e o templo de Jerusalém. A vida das comunidades vai entrar numa nova fase.

Segunda geração cristã (de 70 EC até 96 EC)

1. As comunidades retomam a caminhada

Devido a estes fatores da conjuntura local e internacional, as comunidades cristãs devem responder a um novo quadro

que exige repensar e rever muita coisa. Com a guerra judaica, os judeus e, por tabela, os cristãos, perdem os privilégios que vinham desde épocas antigas. Por exemplo, perdem a isenção do culto ao imperador. Tal exigência por parte do império levará a uma legislação repressora que vai gerar muitas perseguições locais. Não são ainda perseguições generalizadas decretadas pelo poder central de Roma, mas sim conflitos locais com a sociedade civil municipal. As instituições do império romano são mobilizadas contra os cristãos com facilidade por pessoas que se sentem prejudicadas nos seus interesses pela mensagem e pela postura dos cristãos dentro de uma cidade (At 13,50; 14,5.19; 16,19-24; 17,5-8; 18,12; 19,23-40). Por outro lado, os cristãos se sentem como gente sem poder dentro da cidade, quase não conseguindo mobilizar estas mesmas instituições para defender suas causas, buscando a justiça e a verdade. Sendo uma pequena minoria, sem nenhuma influência política, os cristãos não conseguem movimentar a opinião pública a seu favor.

Por isso mesmo, este período será marcado por graves conflitos e problemas. De um lado, as comunidades cristãs buscando sua afirmação diante de um quadro político adverso. Por outro lado, as comunidades judaicas buscando reconstruir o judaísmo diante deste mesmo quadro. O trauma que ficou depois da destruição de Jerusalém e do templo irá provocar o surgimento do judaísmo rabínico, centrado nas sinagogas. Neste processo de reorganização do culto sinagoga, as comunidades cristãs serão afastadas como “hereges”. Haverá uma excomunhão mútua entre cristãos e judeus. Surgem duas religiões distintas, inimigas entre si, que se excomungam mutuamente.

Com uma evangelização voltada agora para o ambiente urbano das grandes cidades do império, as comunidades

vão se confrontar com uma série de propostas religiosas diferentes que começavam a se fazer presentes no império romano, no final do primeiro século. Sinal de uma crise espiritual e de uma instabilidade geral. Estas propostas religiosas vão provocar tensões e conflitos dentro das comunidades. No final deste século, sob o governo do imperador Domiciano, estas religiões serão combatidas pelo poder central através de uma legislação repressiva. O cristianismo será considerado “religião ilícita”, junto com outros cultos de mistério.

1. O impacto da cultura grega

Sendo afastados da sinagoga, os cristãos mergulharam a fundo no ambiente urbano daquela época, construído e definido a partir da cultura grega. Este modo de viver, chamado de helenismo, definia todos os valores e contravalores do modo de viver: a economia, a organização social, a política, a visão de mundo, a teologia. As comunidades sentirão e reagirão a este impacto.

A sociedade urbana grega estava baseada no trabalho escravo. Por isto, pode produzir e alimentar um ideal social cujo sonho era a “*apátheia*”, ou seja, uma vida tranquila, só de estudos e meditação, sem a necessidade de trabalhos manuais.

Esta cultura helenista tinha como foco de irradiação a cidade, ou a *pólis*. A vida na *pólis* grega tinha mentalidade, organização e ideais bem diferentes da vida rural na Palestina. Assim como hoje a proposta neoliberal se difunde por mil canais, naquele tempo esta maneira helênica de viver se difundia de muitas maneiras:

- Por meio do estilo de vida e da organização característica das cidades gregas, com sua proposta de democracia. O *demos* reunia a elite da cidade: os homens livres. Nem mulheres, nem escravos, nem migrantes eram considerados do *demos*. Estas cidades, construídas dentro de uma arquitetura planejada, serviam de ponto de apoio e de privilégios para seus habitantes. Na época de Jesus, havia mais de trinta cidades helenísticas na Palestina.

- por meio do comércio. Os produtos e moedas greco-romanas estavam presentes em todos os centros comerciais conhecidos, mesmo fora do império. Os produtos eram distribuídos por um eficiente serviço de navegação e de estradas, fazendo a cidade de Roma o destino de todas as mercadorias necessárias para o consumo desta pequena elite.

- por meio da organização administrativa, centrada na *pólis*, dominando as áreas rurais e canalizando a produção agrícola para o sustento da cidade.

- por meio da cobrança de tributos, taxas, impostos e multas.

- por meio das armas. A estratégia militar da falange e das legiões levou à construção do maior império visto até então. Estas mesmas armas de conquista serviam para deter qualquer movimento de libertação por parte dos povos dominados. A truculência militar sustentou o império por mais de quinhentos anos.

- por meio do conhecimento. A cultura helenística fundou uma série de escolas, teatros, ginásios, academias, museus, bibliotecas, que foram sistematizando e acumulando o saber científico. A filosofia grega era o pensamento que controlava a visão de mundo, definindo a linguagem e os conceitos. A língua grega (*koinê*) tornou-se a língua de unidade e de conhecimento do mundo daquela época.

O impacto da cultura grega chegou a provocar gravíssimas divisões internas dentro do judaísmo e, depois, dentro do cristianismo. Na Palestina, na época de Jesus, a elite sacerdotal e os grandes nobres do povo (saduceus) eram favoráveis à abertura para a cultura grega. Para o povo do mundo rural, a helenização era uma agressão insuportável que provocou a guerra dos Macabeus em defesa da identidade e da missão do povo de Deus. Agora, com a transferência do mundo rural para o mundo urbano, um maior número de gregos pedia para fazer parte da comunidade cristã. A partir do momento em que gregos, sem noção alguma da cultura e das tradições judaicas começavam a fazer parte do novo povo de Deus, o confronto com a cultura helênica passou para dentro das igrejas. As tradições helênicas, estranhas à cultura judaica, começaram a interferir diretamente no comportamento diário das comunidades e a provocar tensões e problemas para a convivência fraterna. Como vencer estes desafios?

2. A comunhão de mesa

Um dos maiores problemas trazidos pelo choque cultural foi a questão da alimentação diária, já que para os judeus uma série de alimentos eram proibidos devido à questão da pureza legal. Para um judeu observante era proibido entrar na casa de um pagão (At 10,28), sentar-se à mesa em uma casa considerada impura (Mc 2,16), comer carne com sangue (At 15,20). A observância destas normas era importante já que dependia dela o contato com Deus e dele receber as bênçãos prometidas a Abraão.

Agora chegavam os gentios convertidos. Um gentio

convertido poderia participar de uma ceia fraterna? Poderia sentar-se à mesa com os demais judeus-cristãos? Aqui o problema não era se um gentio poderia ou não se converter, mas se ele poderia ou não participar da refeição comunitária. E também, olhando pelo lado do judaísmo, poderiam os judeus, mesmo convertidos a Jesus, conviver com pessoas de outras etnias e que também acreditavam em Jesus?

O livro dos Atos dos Apóstolos, que melhor resume a maneira de a segunda geração vencer os desafios do conflito cultural, mostra que as diferentes barreiras culturais foram sendo vencidas, não sem muitas resistências de grupos mais fechados. A Palavra, no seu caminho, rompeu barreiras culturais enormes a partir de uma exigência: a de comunhão de mesa. Ou seja, ou todos conseguem sentar-se ao redor da mesma mesa e participar de uma única refeição ou não existe comunidade cristã. Este acordo, fruto de uma assembleia entre igrejas em conflito, aparece em At 15. Esta narrativa é antecedida pelo que se passa na casa de Cornélio (At 10,1-47). Cornélio é um centurião romano, simpatizante da religião judaica. Pedro representa as comunidades. Ele acolhe este pagão não sem antes passar por uma experiência pessoal em que deve vencer os preconceitos antigos, profundamente arraigados na cultura judaica e manifestados na sua maneira de viver a fé observando preceitos legais (cf. At 10,15). A conversão de Pedro antecipa a conversão de Cornélio. Estas duas conversões abrem um grande conflito dentro das igrejas gerando o encontro conhecido como Concílio de Jerusalém (At 15).

3. A comunidade ideal

A segunda geração de cristãos vai propor um modelo de comunidade sustentado em quatro colunas (cf. At 2,24): “eles perseveravam no ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações”. Vamos ver esta proposta mais de perto.

Em primeiro lugar o texto fala em “perseverança”, ou seja, dar continuidade à proposta original fundante. Não são mais comunidades novas, mas comunidades que já têm certa caminhada. O texto traça assim um novo quadro de referências da vida comunitária cristã.

A primeira referência é o *ensinamento* dos apóstolos. Ou seja, a formação catequética tanto para os que querem entrar (catecúmenos) quanto para os que já fazem parte da comunidade (neófitos). Este ensinamento só pode ser o Evangelho de Jesus, uma nova interpretação da vida e da Escritura, transmitida pela tradição apostólica a partir da experiência que eles tiveram da Ressurreição. Está acontecendo uma ruptura com os ensinamentos tradicionais dos escribas. Trata-se de uma ruptura séria já que o ensinamento dos especialistas está sendo substituído pelo ensinamento de pescadores e agricultores sem instrução (cf. At 4,13). É um ensinamento novo, dado com autoridade vinda do próprio Cristo (cf. Mt 28,18-20).

A segunda referência é a *comunhão* fraterna (*koinonia*). Esta comunhão nasce da ação trinitária do Pai (1Jo 1,3), do Filho (1Cor 1,9) e do Espírito Santo (2Cor 13,13) na qual todos são batizados (cf. Mt 28,19). Esta comunhão se traduz em partilha de bens e de vida. Os cristãos deveriam colocar tudo em comum a ponto de não haver necessitados entre

eles (At 2,44-45; 4,32-35). A comunhão indicava uma atitude de fraternidade com a coragem de partilhar seus bens com as pessoas da comunidade (Rm 15,26; 2Cor 9,13). Este ideal, no entanto, deveria ultrapassar a comunhão de bens e chegar ao ponto de partilhar sentimentos e experiências de vida a ponto de todos se tornarem “um só coração e uma só alma” (At 4,32). Esta convivência deveria superar todas as barreiras humanas de sexo, classe social, raça e cultura (cf. Gl 3,28). Esta comunhão é sagrada e quem a profana, mata seu batismo, como ensina o episódio de Ananias e Safira (At 5,1-11).

A terceira referência é a *fração do pão*. A expressão vem das refeições judaicas onde o pai quebrava o pão com todas as pessoas que estivessem reunidas para a refeição. Esta fração do pão simbolizava a unidade existente entre as pessoas da comunidade. Lembrava também as várias vezes que Jesus tinha partilhado o pão com seus discípulos e com os pobres (cf. Jo 6,11). O gesto da partilha do pão deveria abrir os olhos de todos para a realidade da presença do Ressuscitado no meio da comunidade (cf. Lc 24,30-35). Este gesto de partilha era feito nas casas de família (At 2,46; 20,7), local da celebração comunitária onde vai surgindo um culto “em Espírito e Verdade” (Jo 4,23). O recado do texto é que as dificuldades em realizar este gesto devem ser superadas e não cair em abusos já denunciados pelo apóstolo Paulo (cf. 1Cor 11,18-22.29-34).

A quarta referência é a *oração*. Atos fala que os apóstolos “permaneciam assíduos na oração e no ministério da Palavra” (At 6,4). A oração indica então um novo ambiente de vida comunitária. Por meio da oração as pessoas permaneciam unidas entre si e com Deus (cf. At 5,12). Este ambiente de oração fortalecia os cristãos a enfrentar as ten-

tações e as perseguições (At 4,23-31). Apesar de seguirem o ensinamento novo, permaneciam orantes dentro da piedade popular da época, e frequentando o templo (cf. At 2,46). Eles acabaram por se tornar um grupo distinto dos demais, associados ao “pórtico de Salomão” (At 5,12) e gozavam da simpatia de todo o povo (At 2,47). A opção orante reforçou a identidade dos seguidores e seguidoras de Jesus.

4. Os escritos

Com o gradativo desaparecimento das testemunhas oculares, surge o problema da segurança doutrinal. Como transmitir agora os fatos relacionados a Jesus de Nazaré? Quem vai dar testemunho da veracidade dos acontecimentos? A resposta das comunidades foi elaborar relatos escritos para sustentar a pregação dos ministros e ministras da Palavra.

Logo após a crise dos anos 60, dois escritos novos vão surgir. Um, chamado de *evangelho*, vai relatar os gestos e as palavras de Jesus dentro de um roteiro que culmina com sua paixão, morte e ressurreição. Este escrito é o evangelho de Marcos, redigido por volta do ano 70 EC. Outro escrito busca interpretar tanto os acontecimentos históricos pelos quais passaram as comunidades, quanto apontar para o futuro da história. Este livro é o *Apocalipse* (Ap 4 a 11).

As comunidades de espiritualidade paulina vão se abrir mais às devoções populares gregas. Dois escritos atribuídos a Paulo, a carta aos Colossenses e a carta aos Efésios, mostram a dimensão cósmica da atuação salvífica de Jesus. A necessidade de instruções para os convertidos batizados leva à elaboração de normas para a vida cristã no escrito conhecido como Primeira Carta de Pedro.

A necessidade de formação para os catecúmenos força a elaboração de escritos catequéticos trazendo mais detalhes das atividades e ensinamentos de Jesus. O evangelho de Marcos será relido e ampliado tendo em vista uma diversidade formativa. Para os cristãos vindos do judaísmo, foi elaborado o evangelho de Mateus. Para os cristãos vindos do paganismo, surge o livro de Lucas, hoje dividido em evangelho de Lucas e Atos dos Apóstolos.

Terceira geração cristã (De 96 EC até 138 EC)

1. As comunidades e o império

Entre os anos de 94 e 96, o imperador Domiciano lançou uma série de leis que visavam coibir as reuniões de grupos republicanos contrários à política imperial. Estas reuniões, chamadas de “ilícitas”, aconteciam também nas casas dos participantes. As penas eram duras: morte dos proprietários, trabalhos forçados ou venda dos demais moradores e a espoliação ou sequestro da casa por parte da prefeitura local (cf. Hb 10,32-34). A legislação também valorizava e protegia as denúncias anônimas. Esta legislação repressiva acabou por atingir as casas dos cristãos. Como a casa de uma família cristã onde se reunia a igreja tinha uma dimensão religiosa, a religião cristã passou a ser definida como “religião ilícita”. Como resistir à força repressora do império? Afinal, segundo os historiadores, no final do primeiro século haveria uns 10 mil cristãos dentro de uma população de 60 milhões de pessoas. Eram números bem desiguais.

Como aconteceu entre os judeus, também entre os cristãos as opiniões eram divididas a respeito da posição a

tomar diante do império. Havia os que procuravam evitar conflitos e eram a favor da submissão às autoridades do império. Defendiam que toda autoridade vinha de Deus e que por isso deveria ser obedecida. Esta opinião já aparece na carta de Paulo aos romanos (Rm 13,1-7) e na primeira carta de Pedro (1Pd 2,13). Mas também havia outros, sobretudo depois da perseguição de Nero, que viam o império como a encarnação do mal e recusavam qualquer possibilidade de entendimento. Esta posição perpassa todo o livro do Apocalipse, que foi relido e ampliado (Ap 12-22) no contexto da perseguição de Domiciano.

Diante deste quadro repressivo, para poder sobreviver e não ser aniquiladas, as comunidades procuravam adaptar sua organização dentro das possibilidades que as leis do império lhes ofereciam. Aqui uma instituição romana foi de grande influência na organização da vida das comunidades. Esta instituição é o *collegium*. As igrejas das casas, numa cidade, vão se congregar num *collegium*, que passa a ser chamado também de Igreja, no singular (Mt 18,17; Cl 1,18; Ef 1,22).

Pela legislação romana, o *collegium* indicava uma associação de pessoas de uma mesma categoria com interesses comuns. Esta instituição romana copiava as *politeumas* das cidades gregas. A palavra *politeuma* significa “cidadania” (cf. Fl 3,20; At 23,1), ou seja, uma maneira de um grupo se organizar dentro da política urbana conforme a legislação municipal ou imperial daquela época. Durante muitos anos, as sinagogas judaicas da Diáspora se organizavam em *politeumas* para defender seus direitos e garantir a observância da Lei de Moisés. Tais associações eram reconhecidas juridicamente e serviam para ajudar as pessoas a defender os seus direitos dentro da cidade, tendo acesso aos tribunais.

Desta forma, os cristãos que não tinham direitos civis e eram considerados “estrangeiros e forasteiros” (Ef 2,19) poderiam se reunir no *collegium* para viver a sua fé e celebrar o seu Deus. Assim, a instituição do *collegium* assegurava a liberdade religiosa, já que a legislação garantia e respeitava uma divindade como o fator de união das pessoas congregadas num *collegium*.

1. As várias religiões e sua influência sobre as comunidades

No final do primeiro século da Era Cristã, houve um avanço de religiões vindas do oriente, através dos povos subjugados pelo império. Tal avanço desta religiosidade nas cidades greco-romanas revela a crise religiosa advinda pela política imperial de impor a religião do imperador como fator de unidade do império. A propaganda imperial ensinava que a paz romana, cujo promotor divino era o próprio imperador, chamado de *Deus et Dominus*, Deus e Senhor, era a garantia do bem-estar das pessoas e do progresso das cidades. A resposta dos povos dominados foram as religiões populares, doutrinas de todos os tipos, misturadas entre si. Estas propostas religiosas ameaçavam a unidade do império, que as reprimia duramente.

Podemos agrupar estas várias religiões em dois tipos básicos, cuja influência se manifestou nas comunidades cristãs. Uma tendência era a linha *gnóstica*. Daí serem estas propostas agrupadas genericamente com o nome do *gnosticismo*. *Gnose* é uma palavra grega que significa *conhecimento*. Esta doutrina ensinava que uma pessoa, para entrar em contato com a divindade, deveria ser iniciada em conhecimentos intelectuais superiores, acima dos conhecimentos

comuns. Desta forma, o processo de iniciação consistia em vários graus de conhecimento e de aprofundamento das ciências divinas. Era uma proposta intelectual e elitista. Os gnósticos defendiam o predomínio da razão. A salvação viria pelo conhecimento intelectual e não pela prática do amor e da caridade. A proposta gnóstica recebeu boa acolhida em algumas comunidades cristãs, abrindo caminho para especulações intelectuais, onde as pessoas viviam em busca das últimas novidades ou revelações espirituais, esquecendo a prática do amor fraterno (cf. 1Tm 1,6; 1Jo 2,19).

Outras religiões foram agrupadas na linha *mistérica*. Tal proposta vem da palavra grega *mysterion*, que significa *segredo* ou algo *escondido* que se revela através de pessoas iluminadas. Para uma pessoa entrar em contato com a divindade, essas religiões ofereciam aos seus iniciados uma participação em ritos e cultos secretos. Havia uma tendência dentro das comunidades cristãs de transformar a mensagem de Jesus em um ensinamento secreto (cf. Cl 2,8). No Apocalipse, encontramos um grupo chamado de *nicolaítas*, que provavelmente pertencia a estas correntes místicas (cf. Ap 2,6.14-15; 2Tm 2,16-17).

As fronteiras entre estas duas linhas não eram bem nítidas. Neste processo de discernimento dentro das comunidades, vários elementos, tanto gnósticos como místicos, foram sendo assimilados pelos cristãos para expressar sua fé em Jesus Cristo. Tais assimilações foram combatidas por outras comunidades como “doutrinas estranhas”, como vemos na carta aos colossenses e no livro do Apocalipse. Evidentemente, estas tensões entre linhas religiosas dentro das comunidades pediam discernimento por parte das direções.

2. A organização e a centralização

Todos estes problemas fazem com que as comunidades busquem reforçar as estruturas, constituindo um grupo de pessoas responsáveis pela condução das questões da vida da comunidade. Essas pessoas são escolhidas para liderar não apenas por poucos dias, como era o caso dos antigos missionários ambulantes, mas por muitos anos, preservando assim a unidade da comunidade. A necessidade fez com que se selecionassem não mais as pessoas mais arrojadas, mas sim os mais prudentes, os mais pacientes, aqueles e aquelas capazes de escutar os mais simples problemas e tentar resolvê-los. Surgem então os *pastores*, “modelos para os fiéis nas palavras, no comportamento, no amor, na fé e na pureza” (cf. 1Tm 4,12). Sempre houve lideranças de organização e administração nas comunidades. Estes pastores recebem primeiro muitos nomes: pastores, doutores, profetas, evangelizadores, presbíteros (cf. 1Cor 12,28). Os escritos desta terceira geração, principalmente nas Cartas Pastorais (1 e 2 Tm e Tt), mostram que, aos poucos e de maneira diferente, vai surgindo na Igreja uma tríade administrativa e celebrativa, composta por episcopos, presbíteros e diáconos.

Os *presbíteros* vieram como herança da organização sinagoga. A palavra significa em si “o mais velho, o ancião”. Formavam um conselho de anciãos. Na sinagoga, eram responsáveis pela missão de guardar e proteger os bens materiais da comunidade. Eram responsáveis pelo edifício onde a comunidade se reunia e também preparavam o ambiente para o culto. Nas comunidades cristãs eram as pessoas que governavam colegialmente a comunidade (At 20,17). Posteriormente, receberam a missão de vigiar, preservando a

orientação doutrinária e pastoral, orientando e aconselhando os demais, ajudando a discernir as tomadas de posição da comunidade diante de determinados problemas (cf. At 20,28-32). A carta a Tito fala na existência de *presbíteras*, com suas funções dentro da comunidade (cf. Tt 2,3-5).

Os *episcopos* aparecem pela primeira vez na carta de Paulo aos filipenses (Fl 1,1). A palavra vem da administração civil do império romano e significa “supervisor, administrador, capataz”. Em muitas comunidades não existe diferença entre episcopos e presbíteros. Ao que parece, os episcopos aparecem em comunidades onde a maioria das pessoas vinha do paganismo, enquanto que os presbíteros surgem nas comunidades onde predominam os cristãos vindos do judaísmo. Também exerciam as funções de ensinar, de advertir os faltosos e demais tarefas administrativas (1Tm 3,1-7). Ao que parece, com o tempo, o presidente do colégio dos presbíteros passou a tomar o título de episcopo, concentrando em suas mãos o cuidado administrativo e o cuidado doutrinário. Nas cartas de Inácio de Antioquia (por volta do ano 110 EC), já cabe ao episcopo ministrar o batismo e presidir a eucaristia.

Os *diáconos* são as pessoas que se dedicam aos serviços internos dentro da comunidade. Foram instituídos (At 6,1-7) para auxiliar os que se dedicavam totalmente à pregação da Palavra. Com a institucionalização das comunidades, os diáconos passaram a ter funções mais administrativas, sendo responsáveis pelos bens da comunidade e pela distribuição dos donativos no atendimento aos pobres (1Tm 3,8-13; 1Pd 4,11). Paulo envia a carta aos romanos através da Febe, “diaconisa da igreja de Cencreia” (Rm 16,1).

A escolha das pessoas para estas diversas funções era feita de várias maneiras. Podia ser por aclamação comu-

nitária, por eleição ou por sorteio. A Didaqué, um antigo escrito cristão, mais ou menos desta época, relata que todos eram convidados a escolher por si mesmos os episcopos e os diáconos (Did 15,1). A transmissão da função acontecia pelo gesto de imposição das mãos por parte das comunidades ou dos presbíteros (At 6,6; 1Tm 4,14; 5,22; 2Tm 1,6).

Conclusão

Contemplando a caminhada histórica das comunidades cristãs percebemos que cada época histórica exigiu discernimento e respostas criativas diante dos problemas trazidos pela conjuntura social e política do momento. Vimos que num primeiro momento houve uma extraordinária expansão da mensagem cristã, com uma força irradiante vinda da fé na ressurreição do Cristo. Surgiram comunidades cristãs nas mais variadas cidades do império romano. Em poucos anos, a Boa Nova estava presente na cidade de Roma, o coração do império.

Mas os acontecimentos ocorridos no processo de ampliação e organização do império acabaram por interferir na vida e no cotidiano das comunidades. As mudanças de conjuntura acabaram por alterar os horizontes dos trabalhos missionários e exigiram centralização e organização das comunidades.

Isso vale para nós hoje. Analisando a caminhada das comunidades aqui no Brasil também percebemos mudanças na conjuntura. No período de 1962 até 1983, houve uma época de descobertas e de efervescência dentro da Igreja. Época marcada pelo Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla. Grandes e novos horizontes se abriram para as co-

munidades. Floresceu a profecia, vivida nas Comunidades Eclesiais de Base e verbalizada na Teologia da Libertação. Surge uma etapa histórica profética, com muitos mártires, cujo sangue até hoje produz seus frutos.

Em 1983, com a promulgação do novo Código de Direito Canônico, muitas luzes que estavam acesas no horizonte da história foram se apagando, uma depois da outra. No horizonte político, o neoliberalismo apresenta-se como o grande vencedor. Na Igreja, o entusiasmo das mudanças deu lugar à repressão interna, chamada de “volta à Grande Disciplina”. Em muitos lugares, o desejo da transformação e de libertação foi sendo abafado por movimentos conservadores, querendo uma volta à exuberância dos ritos ultrapassados. Vivemos novamente as tensões que as comunidades antigas passaram.

Vemos que hoje se manifesta novamente a tensão entre o conhecimento (gnose) como fruto de estudos e especulação, e a participação no culto e no mistério de Deus (mysterion) que se revela na prática sacramental. Nas comunidades, encontramos tendências mais carismáticas que se recusam a um estudo mais crítico da Bíblia e da fé, resumindo sua participação a cultos exaltados e a celebrações exuberantes. Também há outros grupos que se consideram superiores por causa do conhecimento crítico que possuem da realidade e da Bíblia. O equilíbrio só se alcança quando se tem a coragem de assumir estas tensões sem procurar condenações dos que pensam de maneira diferente, numa atitude de diálogo em que todos se enriquecem mutuamente.

Mas o tempo passa e as coisas mudam. Hoje somos convidados a acolher a proposta de Igreja do papa Francisco. Uma Igreja em saída, sinodal, aberta e acolhedora. Uma

Igreja samaritana, que saiba ser um instrumento de amor e de misericórdia. O momento é de voltar ao convite feito pelo Apocalipse: “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas...”.

Referências

- CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL, *Coleção Tua Palavra é Vida*. Vols. 6 e 7. São Paulo: Loyola, 1993.
- RICHARD, P., *O movimento de Jesus depois da ressurreição*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- CROSSAN, J. D., *O nascimento do Cristianismo*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- THEISSEN, G., *A religião dos primeiros cristãos*. São Paulo: Paulinas, 2009.

RAÍZES CRISTÃS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Fundamentação teológica

Celso Pinto Carias¹

Introdução

Toda ação evangelizadora precisa de um fundamento. Toda ação pastoral precisa estar fundada em uma tradição teológica e magisterial qualificada. Temos encontrado muita superficialidade depois do advento das mídias digitais. Uma avalanche de informações que não tem dado condições de verificação de sua procedência e coerência. Pessoas revestidas de poder sagrado, ajudadas por mídias como canais de TV, pontificam posições como se fossem a mais pura verdade. Isso tem tornado difícil o trabalho de fundamentação.

¹ Doutor em teologia pela PUC-Rio, onde trabalha no Setor de Cultura Religiosa. Integrante da equipe do Iser Assessoria. Assessor da Ampliada Nacional das CEBs do Brasil e do Setor CEBs da Comissão Pastoral Episcopal para o Laicato da CNBB.

Assim sendo, vamos oferecer, em uma breve síntese, fundamentação teológica que possa subsidiar o trabalho de base e, ao mesmo tempo, convidar para continuar o aprofundamento. Trata-se de uma fundamentação cristológica, eclesiológica e pneumatológica (relativa ao Espírito Santo) que permita certa tranquilidade na experiência cristã de homens e mulheres que escolheram trilhar o caminho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Não serão feitas muitas notas de pé de página. Mas para cada tema será oferecido pelo menos um livro onde se pode encontrar maior aprofundamento.

1. Fundamentação cristológica²

Deve-se afirmar, com absoluta segurança, que Jesus de Nazaré foi o *missionário do Reino*. A grande maioria das cristologias, disciplina da teologia que cuida de estudar todo o caminho de Jesus Cristo, da encarnação à ressurreição, bem como dogmas e doutrinas que foram construídas ao longo dos anos, afirma a centralidade do Reino para Jesus. W. Kasper, Leonardo Boff, E. Schillebeeckx, Jon Sobrinho, J. Ratzinger, entre outros, assumem, em grau maior ou menor, que anunciar e viver o Reino de Deus foi a missão central de Jesus de Nazaré.

Se Jesus foi o missionário do Reino, conclui-se que a Comunidade que brota do encontro com Ele deveria trilhar o mesmo Caminho. Como aconteceu logo após a presença histórica de Jesus de Nazaré na Palestina. A Igreja, portanto, deve estar a serviço do Reino. No item dois, trataremos

² Se o leitor ou a leitora quiserem continuar a aprofundar-se no tema, sugiro o livro de Alfonso García Rubio, *O Encontro com Jesus Cristo Vivo*, Paulinas. A partir dele se pode alargar ainda mais e encontrar outras referências bibliográficas.

deste desdobramento. Contudo, é preciso traçar algumas linhas de fundamentação de tal afirmação, isto é, quais as bases que nos permitem afirmar que o cristianismo só tem sentido se continuar a seguir o Caminho de Jesus Cristo?

A fé em Jesus de Nazaré como o Cristo de Deus (ungido, escolhido, o messias – Cristo é a tradução grega da palavra hebraica messias) só começa de forma explícita na ressurreição. Ainda sem desdobrar o significado da ressurreição, que será tratado à frente, é preciso reconhecer o caráter processual da fé em Jesus. Muitas pessoas imaginam, enquanto Jesus de Nazaré vivia historicamente, que seus amigos se relacionavam conscientes de estar diante da segunda pessoa da santíssima trindade. Certamente nada indica tal possibilidade, além de ser pouco provável em um contexto cultural judaico onde sequer o nome de Deus era pronunciado.

Para ajudar na catequese desse processo de fé, a cristologia moderna convencionou uma metodologia que consiste em fazer a relação do Cristo da fé e o Jesus histórico. O Cristo da fé é aquele já experimentado como presença viva do próprio Deus no meio da história, e o Jesus histórico é aquele que passou pelo processo de vida e morte dentro de um determinado contexto social, político, econômico e cultural. É evidente que se trata de um mecanismo metodológico, pois para a fé cristã a divindade de Jesus é inseparável de sua humanidade. Porém, quando não conseguimos viver com profundidade este mistério da encarnação revelado em Jesus de Nazaré, podemos verificar consequências que vão em direção contrária ao que os Evangelhos apresentam como o Caminho do Senhor.

Na história do cristianismo, tal perspectiva se tornou, muitas vezes, um grave problema, e praticamente logo nos

primeiros anos. Dois extremos, chamados tradicionalmente de heresia, foram constituídos: o *docetismo* e o *adopcionismo*. Como a fé cristã tem berço judaico, era muito difícil entender a proximidade de Deus de forma tão radical. A teologia judaica, como já dito, não poderia entender um Deus assim. E quando o cristianismo assumiu a linguagem grega, também não resolveu muito. Assim, muitos consideraram que a humanidade de Jesus era uma ilusão (a palavra que origina o conceito *docetismo* significa *fantasma, aparência*). Jesus só teria aparência humana, fingia que realizava atitudes humanas apenas para cumprir a sua missão. Os *adopcionistas* (conceito também originado da palavra grega: adotar) foram na direção inversa. Como havia um amplo testemunho da historicidade de Jesus, incluindo sua morte de cruz, estes diziam que Jesus foi um ser humano adotado por Deus. Tal dilema só foi resolvido no Concílio de Calcedônia em 451, quando se afirmou dogmaticamente que Jesus era verdadeiro Deus e verdadeiro ser humano. Mas na prática este dilema continua.

Ainda hoje se podem constatar, com facilidade, essas expressões *heréticas na prática cristã*. Consequentemente, teremos comunidades mais voltadas quase a um exclusivismo do louvor a Jesus, separando a fé Nele da escolha do seu Caminho (docetistas), ou comunidades que se colocam quase exclusivamente na escolha de um caminho humano sem contar com a graça de Deus (adopcionismo).

O processo histórico de vivência da fé cristã sempre ficou perto destas tentações. Ainda hoje é assim. A iniciação cristã supõe uma profunda adesão ao CAMINHO de Jesus Cristo. Assim sendo, a vida em COMUNIDADE deve estar preenchida desta trajetória, mas facilmente podemos transformar o Caminho de Jesus em um conjunto de ritos e nor-

mas que podem esvaziar aquilo que o Mestre nos trouxe. Evidentemente que ritualizar é um componente estrutural da vida humana. Porém, deve estar a serviço do Projeto do Reino de Deus. Vamos, rapidamente, pontuar alguns aspectos fundamentais deste processo.

Em Jesus Cristo encontramos resposta para duas perguntas que boa parte da humanidade faz: “Quem é Deus e quem sou eu?”. Ao longo dos séculos não foi tão difícil afirmar a divindade de Jesus de Nazaré. Contudo, a divindade não esconde o caminho humano. A divindade não manipula a nossa liberdade. A divindade não nos foi revelada para adorar Deus em detrimento de nossas escolhas éticas e humanas. Por isso, se alguém quer seguir Jesus Cristo deve tentar fazer de sua vida a mesma coisa que Ele fez com a vida Dele.

Os Evangelhos nos dão amplo testemunho de como o Filho de Deus viveu plenamente a sua humanidade. Seus amigos, discípulos e discípulas, encontraram um homem adulto, livre e responsável. Como afirma Leonardo Boff em seu livro “Jesus Cristo Libertador”, *tudo o que é autenticamente humano aparece em Jesus*. Ele ri, sente raiva e chora a morte do amigo (Jo 11,33: *Jesus chorou*). Foi chamado de bebedor e glutton. É extremamente expressiva a afirmação de Marcos no conflito com os fariseus e os herodianos no episódio da cura do homem da mão atrofiada: *Repassando então sobre eles um olhar de indignação, e entristecido pela dureza do seu coração...* (Mc 3,5).

Jesus de Nazaré não assumiu uma estratégia de aliança com poderes que oprimiam o povo. Por isso, a Comunidade que prosseguiu o Caminho identificou o messianismo do Nazareno com aquele que Isaías tinha falado em séculos anteriores: *o messias servidor*. Sofre a tentação de fazer escolhas diferentes, mas permanece firme no Deus de amor e misericórdia: *não só de pão vive o homem* (Mt 4,4).

Como nos reportou Paulo, sendo Ele de condição divina, se esvaziou e tomou a condição de escravo (Fl 2,6). O apóstolo recomenda para a Comunidade de Filipos: *Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus* (Fl 2,5). Devemos nos perguntar todos os dias se estamos agindo na vida com os sentimentos Dele, se somos capazes de dizer como Paulo: *já não sou eu quem vive, mas é Cristo que vive em mim* (Gl 2,20). Sim, uma Comunidade cristã precisa ser um lugar do encontro que se faz rosto a rosto, face a face, na solidariedade entre homens e mulheres que se colocam na trilha do mesmo Caminho.

O Reino de Deus é um projeto de vida que começa aqui e agora. Certamente, estamos a caminho da plenitude que se consoma na eternidade. Todavia, não se pode “queimar etapas”. Enquanto estamos na história, precisamos fazer sinais do que realmente acreditamos. Sinais que Ele realizou em sua trajetória humana e que podemos e devemos procurar realizar no hoje de nossa história.

Mesmo os *milagres* não foram realizados para provar a divindade de Jesus, mas para fazer sinais do BEM. Para ajudar o povo sofrido. Ele não foi um *milagreiro*, isto é, os milagres não eram parte fundamental de seu projeto. Não há nos Evangelhos nenhuma passagem na qual se pode constatar *propaganda* do Mestre marcando dia, hora e lugar para fazer milagres. Eles acontecem no caminho como sinal de uma vida que será plenificada. Quanto menos precisarmos de milagres mais se estará vivendo como homens e mulheres que acreditam no que é essencial para viver.

Por fim, sua morte de cruz e ressurreição são sinais por excelência do modo de agir de Deus. Um Deus que não se impõe pela força. Um Deus que assume o risco da rejeição. Um Deus que AMA toda humanidade e deseja que ela seja

capaz de encontrar o caminho da paz, da concórdia, da fraternidade, da justiça, como parte de um processo que segue rumo à Páscoa definitiva.

O mistério da revelação de Deus em Jesus de Nazaré passa pelo conjunto de sua vida histórica. Não podemos afirmar que ele é mais Deus na ressurreição e menos Deus na cruz. É a totalidade de Sua vida que salva.

Na cruz, Jesus mantém fidelidade, até o fim, ao princípio que conduz ao Reino e revela o modo próprio de Deus agir: o AMOR. Ora, o amor não se impõe pela força. O amor, como nos lembra maravilhosamente Paulo na primeira carta aos Coríntios, é paciente, é prestativo, não é invejoso, não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor, não se alegra com a injustiça, mas se regozija *com a verdade* (1Cor 13, 4-6). Se o amor não se impõe pela força, Deus, que é AMOR (1Jo 4,16), assume que o único caminho para salvar é o da não-violência. A única forma de vencer o mal é com o bem. Não se vence o mal com o mal. Não se acaba com a violência com mais violência.

Deus, revelado em Jesus Cristo até a morte de cruz, é o Deus AMOR-SOLIDARIEDADE, pois “sofre” conosco, como “sofreu” na cruz, quando, por causa da nossa liberdade e de nosso pecado, não somos capazes de agir como Ele, e continuamos a construir cruces para a humanidade criada pela Sua bondade. A cruz, em si mesma, não é vontade de Deus. Mas, se ela aparecer em nossa vida, deveremos assumi-la como fez Jesus, para salvar e não para fazer dela uma situação permanente. O bem, verdadeiramente, só permanece se for realizado da maneira como Jesus realizou. Mesmo o bem, quando realizado com instrumentos de

dominação, não tem valor, pois este tipo de “bem” é ilusão, situação efêmera. A história da humanidade está repleta de exemplos nos quais se pode constatar que quando o “bem” é gerado por tirania, ele não permanece, nada fica. E isto pode ser comprovado em várias tradições. Mahatma Gandhi dizia: *Se o ódio existente no mundo fosse muito maior do que o amor, há muito que o mundo não existiria mais*. Jesus Cristo, passados dois mil anos, continua a suscitar muito amor na história humana. Na verdade, possíveis maus exemplos promovidos pelas instituições (igrejas) são argumentos que comprovam o limite humano e não o limite da proposta de Jesus Cristo.

Mas quando o fracasso total parecia se apresentar ao final do caminho, os que seguiam o Mestre da Solidariedade, mulheres e homens, jovens e adultos, experimentaram com mais força ainda o Deus que escolhe o caminho da paz, da reconciliação, o caminho do amor como a única alternativa de Deus para a humanidade. Ele está vivo. A morte não pode impedir o Seu projeto. Realiza-se a passagem definitiva, a Páscoa que ultrapassa o ódio, o rancor, a guerra, o egoísmo, o pecado que não deixa viver a nossa humanidade integralmente como Jesus viveu a sua. O final do caminho terreno de Jesus é um novo começo. Como diz o grande teólogo Jon Sobrino, que provou em El Salvador a dor da cruz no assassinato do povo, de São Romero das Américas, e de seus companheiros de residência: *Sem a ressurreição, o amor não seria o autêntico poder; sem a cruz, o poder não seria amor*.

Mas o Crucificado aparece na vida de seus amigos. A esperança se refaz, pois *Ele está no meio de nós*. Ele está onde existe o esforço de resgatar a humanidade para o caminho de Deus. Ele ressuscitou. Os relatos evangélicos da res-

surreição de Jesus não querem espiritualizar o projeto do Reino de Deus. Os relatos nos mostram que Jesus integralmente considerado está vivo. Ele não é um fantasma e nem apenas um ser humano adotado por Deus. Ele é a própria presença de Deus. Com os olhos da fé, os seguidores viram Jesus Ressuscitado confirmando todo o caminho traçado ao longo de sua vida. Os discípulos e discípulas foram testemunhas-chave daquilo que podemos crer sem ver como eles viram: Jesus Cristo não aparece mais porque com a sua ressurreição ele revelou que pode ser visto em toda irmã e todo irmão, especialmente nos pobres.

A ressurreição nos aponta que o caminho da vida plena começa já. O bem que eu faço hoje não se esgota nunca, como mostrou Jesus. Somente o bem ressuscitará. A salvação realizada por Deus no caminho de Jesus Cristo é o convite para que desde já nos tornemos um novo homem e uma nova mulher. Liberta-nos do pecado enquanto fonte de todo o mal que podemos realizar. Pecado entendido como tudo aquilo que desumaniza e não em perspectiva moralista. Liberta-nos da confiança exagerada na lei que não nos deixa experimentar a gratuidade do amor que pode ser vivenciado na comunidade de homens e mulheres que vivem na graça do ressuscitado. Quando não confiamos no amor precisamos mais de lei. Quanto mais lei tem uma comunidade maior é o sinal de que o amor é muito pequenino. Mas se mergulhamos no mistério do amor revelado na totalidade do caminho de Jesus Cristo podemos exclamar: *Tudo posso naquele que me fortalece* (Fl 4,13); ou como dizia Santo Agostinho: *Ama e faz o que queres*.

Com a ressurreição nasce a missão. Não devemos ficar olhando para o céu (At 1,9-11). Aqueles que experimentam a ressurreição devem ser testemunhas da nova vida

transformada pelo AMOR. Amor, que como vimos ao longo do caminho de Jesus, é concreto, objetivo, tem direção. A ressurreição é a confirmação do Reino de Deus testemunhado por Jesus, por isso, hoje ainda podemos realizar a missão como aquele que é o nosso Messias, o ungido, o Cristo de Deus feito homem, e assim mostrar qual é o caminho da salvação.

2. Fundamentação esclesiológica

Eclesiologia é o tratado, a disciplina, que procura fazer memória dos elementos estruturantes da vida eclesial. De modo bem simples podemos afirmar que é a reflexão teológica que procura responder à pergunta sobre o significado de ser Igreja a partir do Projeto de Jesus Cristo. Hoje, a orientação fundamental da eclesiologia passa pelo Concílio Vaticano II, cuja expressão documental é a *Lumen Gentium*.

No texto de abertura da *Gaudium et Spes*, outro importante documento conciliar, e que tem sido exaustivamente citado desde então, afirma: *As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo*. Na esteira dessa abertura, a Igreja na América Latina logo percebeu a profunda intuição que o Concílio resgatava e tratou de colocá-la na prática de sua dinâmica evangelizadora. Percebeu-se a necessidade de recuperar a íntima relação que existe entre a Igreja e os pobres para realizar o processo de evangelização. No fim do Concílio, os índices de miséria na América Latina eram muito altos. Hoje ainda temos

índices bastante elevados de desigualdade social, além de encontrarmos outros graves problemas, como os que dizem respeito à questão ecológica.

A percepção pastoral do Concílio desembocou nas Conferências do Episcopado Latino-Americano e do Caribe em Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingos (1992) e finalmente em Aparecida (2007). Nos documentos produzidos se nota, nitidamente, o esforço dos bispos em aplicar a eclesiologia do Vaticano II à realidade do trabalho evangelizador em terras latino-americanas e caribenhas.

Quando as CEBs começaram a aparecer, elas mergulharam na eclesiologia do Concílio Vaticano II, e desde então vem contribuindo de forma decisiva para não deixar que esta tradição seja esquecida. Existe no interior das Comunidades uma experiência de discipulado, ainda que precise continuamente de *purificação*, como dizia o Papa São João XXIII. Elas estão perfeitamente de acordo com que o Papa Bento XVI disse na introdução ao documento oficial de Aparecida: “Esta V Conferência se propõe *a* grande tarefa de proteger e alimentar a fé do povo de Deus e recordar também aos fiéis deste Continente que, em virtude de seu batismo, são chamados a ser discípulos e missionários de Jesus Cristo” (*n. 10*).

Sob a luz da eclesiologia conciliar, vamos apresentar as CEBs com um fundamento que não pode, em hipótese alguma, ser questionado sob a acusação de não comunhão com a Igreja. Dois eixos fundamentais serão mencionados: Igreja Povo de Deus, conforme o Documento *Lumen Gentium*, as Conferências Episcopais da América Latina e do Caribe e Igreja Pobre, como tanto tem insistido o Papa Francisco, e que evidentemente é um desdobramento do Vaticano II.

2.1. Igreja Povo de Deus

O documento sobre a Igreja no Concílio Vaticano II, *Lumen Gentium* (LG), resgatou o conceito de *Igreja Povo de Deus* como central para a vida eclesial. São bastante conhecidas as controvérsias do primeiro esquema preparatório que colocava a hierarquia no segundo capítulo e o Povo de Deus, entendido quase exclusivamente como os leigos, no terceiro. Ao término do Concílio este esquema foi derrotado e a Igreja como Povo de Deus foi mantido no segundo capítulo afirmando, naturalmente, o primado de Cristo como corpo místico da Igreja no primeiro capítulo. Volta-se a reconhecer a dignidade fundamental de todos os fiéis cristãos pelo batismo como o elemento chave de inserção e participação. Todos e todas, pelo batismo, participam do múnus sacerdotal, profético e real.

Mas logo após o término do Concílio, a Igreja Latino-americana tratou de colocar em prática o remédio da misericórdia e não o da severidade, como bem indicou São João XXIII no discurso de abertura.

Medellín nos convidou a trilhar o caminho de uma Igreja onde todos e todas se sintam novamente na vida eclesial como parte integrante do processo pastoral e evangelizador: *No seio do Povo de Deus, que é a Igreja, há unidade de missão e diversidade de carismas, serviços e funções, “obra do único e mesmo Espírito, de modo que todos, a seu modo, cooperem unanimemente na obra comum”.* (10,7) A importância desta Conferência é enorme, pois mais do que produzir um documento produziu um novo posicionamento de Igreja.

Já em *Puebla* se percebe nitidamente que os bispos

querem aplicar com vigor a dimensão de uma Igreja na qual todos e todas estejam a serviço da comunhão. O documento reserva vários números para explicitar tal convicção, dos quais se destacam os que vão do 232 ao 261. Eis o título do tópico que incluem estes números: *A Igreja vive em mistério de comunhão como Povo de Deus*. Nesta Conferência não existe dúvida quanto ao fato de que em *Medellín* se balbuciava o que agora está confirmado pelo magistério latino-americano e por uma prática que já se fazia reconhecer na realidade pastoral: *A visão da Igreja, enquanto Povo de Deus aparece, além disto, como necessária para completar o processo de transição que foi acentuado em Medellín: transição de um estilo individualista de se viver a fé para a grande consciência comunitária para o qual o Concílio nos abriu a todos* (235).

Em Santo Domingo se constata uma tensão relativa ao conceito-chave para a interpretação eclesiológica do Concílio Vaticano II. Embora as conclusões da IV Conferência ainda explicitem, indiretamente, as contribuições da eclesiologia do Povo de Deus na América Latina, mantendo, por exemplo, a *opção preferencial pelos pobres* (178) e ainda apontando as CEBs (61) como legítimas, repetindo nesta a esta última citação a definição de *Medellín*, isto é, *cé-lulas vivas das paróquias*, com insistência na dinâmica mais ampla de inserção de todos os batizados no processo de evangelização e compromisso com as realidades terrestres.

No entanto, o vento do Espírito soprou sobre Aparecida. E como indicou o saudoso Pe. José Comblin, a Conferência acaba exercendo um papel histórico que retoma o processo que vinha na América Latina desde o final do Concílio, mesmo em meio a dificuldades. No documento se percebe a tensão de um projeto a realizar, em vista de uma nova

realidade mundial, dentro de uma estrutura que segura, amarra, e não deixa o projeto caminhar ao encontro dos desafios que esta mesma realidade suscita. E uma afirmação ousada que se depreende deste momento é que a eleição do Cardeal argentino, Jorge Mario Bergoglio, como Papa em 2013, que teve um papel importante em Aparecida, faz parte deste processo.

Retoma-se a chave da eclesiologia reavivada pelo Concílio Vaticano II: *Ao receber a fé e o batismo, os cristãos acolhem a ação do Espírito Santo que leva a confessar a Jesus como Filho de Deus e a chamar Deus “Abba”. Todos os batizados e batizadas da América Latina e do Caribe, “através do sacerdócio comum do Povo de Deus, somos chamados a viver e a transmitir a comunhão com a Trindade, pois “evangelização é um chamado a participação da comunhão trinitária”.* (DAP, 177). Neste número, o documento cita *Puebla* e a *Lumen Gentium* 11 que é justamente aquele que expressa a teologia do Sacerdócio comum nos Sacramentos. Assim termina LG 11: *Munidos de tantos e tão salutareis meios, todos os cristãos de qualquer condição ou estado são chamados pelo Senhor, cada um por seu caminho, à perfeição da santidade pela qual é perfeito o próprio Pai.* Portanto, ratifica-se a eclesiologia de Igreja como Povo de Deus.

E o Papa Francisco, dando continuidade ao Concílio e à tradição eclesial de sua recepção do Concílio na América Latina, retomou ainda com mais vigor o que foi expresso em Aparecida. Na *Evangelii Gaudium*, *A alegria do Evangelho*, seu programa papal, ele deixou claro que a Igreja é POVO DE DEUS.

Porém, fica uma expressão dura de Francisco quanto ao clericalismo em carta dirigida em 2016 ao Cardeal Marc

Oullet, Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina: *O clericalismo, longe de dar impulso aos diversos contributos e propostas, apaga pouco a pouco o fogo profético do qual a inteira Igreja está chamada a dar testemunho no coração dos seus povos. O clericalismo esquece que a visibilidade e a sacramentalidade da Igreja pertencem a todo o povo de Deus (cf. Lumen Gentium, 9-14) e não só a poucos eleitos e iluminados.* Nitidamente, o Papa Francisco vem chamando a atenção, de vários modos, para o fato de que a centralização do processo evangelizador tem deslocado a Igreja do Concílio Vaticano II para uma dinâmica perigosa.

Os números da LG citados pelo Papa na carta acima são justamente do capítulo II: *O POVO DE DEUS*. E aqui se encontra um legado fundamental da tradição conciliar na América Latina. Retoma-se um sentido de ser Igreja mais forte no conjunto da vida daqueles e daquelas que estão inseridos na participação eclesial. E a expressão deste legado é a *Comunidade*. A Comunidade que se expressa em uma Igreja Pobre.

2.2. A Igreja e os pobres

A pergunta que logo pode ser feita é: por que relacionar a Igreja aos pobres? Seria esta uma questão relevante? Não temos dúvida, embora aqui não seja possível relembrar toda a tradição, de Jesus Cristo aos nossos dias, que confirma a estreita vinculação entre o seguimento de Jesus e os pobres. No entanto, o tema frequentemente é acometido de incompreensões. Quando Puebla confirmou, de modo categórico, a chamada *opção preferencial pelos pobres*, muitas vozes se levantaram para afirmar o óbvio: “Não esqueçam

que a salvação é para todos”. Às vésperas da Conferência de Aparecida, o debate reapareceu. Por isso, vamos, nesse tópico, fazer memória de algo que, aparentemente, não deveria causar problemas: a Igreja deve ser dos pobres, e não só isso, ela deve ser POBRE se quer manter fidelidade à missão deixada pelo seu Mestre.

Em seu livro sobre Jesus Cristo o teólogo Joseph Ratzinger, Bispo Emérito de Roma (Bento XVI), confirma um consenso hoje em cristologia: “*O conteúdo central do Evangelho diz: o Reino de Deus está próximo, conforme já trabalhado em ponto anterior. É colocada uma marca no tempo, algo de novo acontece. E é exigida uma reposta do homem a esta oferta: conversão e fé. O centro deste anúncio é a mensagem da proximidade do Reino de Deus*”³, isto é, o centro da mensagem de Jesus é o anúncio do Reino de Deus.

Ter esse dado consensual como ponto de partida nos coloca outra questão diante do conteúdo fundamental do Reino: quais os desdobramentos consequentes para aqueles e aquelas que se dispõem a continuar a missão de Jesus Cristo como discípulos e discípulas? Ratzinger lembra, ao comentar o Sermão da Montanha, que a atitude fundamental é a do pobre, isto é, colocar-se de mãos vazias diante de Deus, como São Francisco de Assis que compreende a necessidade de um testemunho vital de pobreza, mesmo não sendo tal atitude obrigatória.⁴ E mais, a atitude francis-

3 J. RATZINGER. *Jesus de Nazaré*. São Paulo: Editora Planeta, 2007, p. 58.

4 “Por outro lado, a pobreza de que lá se fala também não é uma simples atitude espiritual. É evidente que a atitude radical que nos foi e nos é apresentada por tantos verdadeiros cristãos, desde o pai do monaquismo Sto. Antônio até S. Francisco de Assis e até os exemplarmente pobres do nosso século, não é obrigatória para todos. Mas a Igreja precisa sempre, para estar em comunhão com os pobres de Jesus, dos grandes renunciadores; ela precisa das comunidades que os seguem, que vivem na pobreza e na simplicidade e que assim nos mostram a verdade das bem-aventuranças, para sacudir a todos que estejam despertos, para compreenderem a propriedade apenas como serviço, para contraporem à cultura do ter uma cultura da liberdade interior e assim criarem os pressupostos para justiça social”. Ibid, p. 81.

cana é um corretivo para a Igreja quando ela se afasta dos pobres, como foi na época do próprio São Francisco.⁵ Ora, a história das CEBs na América Latina já deixou testemunho suficiente desta mesma perspectiva, muitas vezes não compreendida por alguns setores hierárquicos.

A breve lembrança da centralidade do Reino de Deus no caminho cristão e de sua profunda relação com a pobreza aponta para um fato muito simples: as conferências episcopais de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida, somente seguiram uma antiga tradição. Elas não apresentaram uma novidade em si. A novidade está em lembrar, de novo, primeiro aos cristãos, depois ao mundo todo, quais os elementos do processo evangelizador que são necessários em cada nova época.

A reflexão feita até aqui nos conduz a um segundo momento. Parece-nos mais legítimo falar de uma **IGREJA POBRE** e não de uma Igreja dos pobres ou para os pobres. Ousamos afirmar que a teologia subjacente a esta reflexão é aquela representada pelo esforço de parte do episcopado latino-americano e caribenho em refletir o caminho evangelizador sempre em sintonia com o seguimento de Jesus Cristo. Um caminho que encontrou ajuda em muitos teólogos e teólogas deste continente.

Depois do Vaticano II, como já foi lembrado, o que aconteceu na América Latina e no Caribe foi uma busca por viver a tradição que o Concílio resgatou, isto é, uma Igreja Pobre. Tratava-se, como salientou Jon Sobrino, da *Ressurreição da Verdadeira Igreja*.⁶ Em Aparecida, é retomada a convicção de que “... *A Igreja necessita de forte comoção*”

5 Cf. Ibid, p. 82-83.

6 Jon SOBRINO. *A ressurreição da verdadeira Igreja – Os pobres, lugar teológico da eclesiologia*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

que a im peça de se instalar na comodidade, no estancamento e na indiferença, à margem do sofrimento dos pobres do Continente...” (362)

Diante do exposto até aqui, em conformidade com a V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, abençoada pelo então Papa Bento XVI, podemos afirmar com Sobrino:

...Os pobres são os que levantam para a Igreja o problema teológico fundamental e também a direção de sua solução, porque os pobres levantam o problema de buscar a Deus, sem pressupor que a Igreja o possua de uma vez para sempre, e lhe oferece o lugar para encontrá-lo...⁷

Dialogando com H. Küng e J. Moltmann, Sobrino mostra que em uma Igreja dos pobres as tradicionais quatro notas aparecem de modo vigoroso: a Unidade, a Santidade, a Catolicidade e a Apostolicidade.⁸ Todavia, na presente reflexão, aplicaremos o argumento fazendo uma pequena modificação. Falaremos, como já foi indicado, de uma Igreja Pobre.

O Apóstolo Paulo nos lembra em 1Cor 1,27: *Mas o que é loucura no mundo, Deus o escolheu para confundir os sábios; e o que é fraqueza no mundo, Deus o escolheu para confundir o que é forte; e, o que no mundo é vil e desprezado, o que não é, Deus escolheu para reduzir a nada o que é, a fim de que nenhuma criatura se possa vangloriar diante de Deus.* É exatamente isto que acontece com uma Igreja Pobre. A **Unidade** é construída porque ela se faz humilde, não se faz arrogante, pois na pobreza há a criação de condições para fazer a experiência do Pobre Lázaro do Evangelho e a escolha de um caminho que não se impõe, mas se

⁷ Ibid, p. 102-103.

⁸ Para um leitor não iniciado em teologia, as quatro notas fazem parte da estrutura fundamental do estudo eclesiológico. As notas são como pilares fundamentais.

propõe. O amor é assim: somente se propõe, não pode ser imposto. Agindo deste modo a Igreja pode ser contemplada como Igreja de Cristo, pois não assume o poder dominador e sim o poder do serviço, construindo obediência pelo amor, usando, como disse o Papa São João XXIII no discurso de abertura do Vaticano II, *o remédio da misericórdia*.

Uma Igreja Pobre é **Santa**, pois nela se procura viver a solidariedade como uma dimensão fundamental da existência. Como os santos e santas, procura viver e levar o amor até as últimas consequências, dando a própria vida se necessário. Como diz Sobrino:

É uma Igreja que morre quando os pobres nela, e os que com ela se solidarizam são mortos pelo poder, e que morre também quando *eclesialmente é ignorada e atacada. E é também a Igreja que ressuscita permanentemente porque a morte não faz desaparecer a esperança, e o risco não paralisa a prática do amor. A Igreja dos pobres é hoje a Igreja mártir que historicamente reproduz a vida e a páscoa de Jesus.*⁹

E as CEBs possuem uma grande lista de mártires, muitos leigos e leigas, mas destacamos apenas Dom Oscar Romero, agora canonizado pelo Papa Francisco, Santo das Américas.

Em uma Igreja que caminha com os pobres também se garante a **Catolicidade** (universalidade). A pobreza evangélica, em seu núcleo essencial, está presente em todas as culturas. O Criador deixou sua imagem e semelhança em toda pessoa humana. Portanto, vivendo a pobreza a instituição eclesial encontra um elo que a torna universal. Por esse caminho ela pode, legitimamente, propor-se como a representante do núcleo fundamental da revelação de Deus para todos os povos. E ainda, como diz Sobrino,

9 Jon SOBRINO, op. cit. P. 119.

*A catolicidade eclesial, como tudo o que é autenticamente cristão, tem um ponto de vista parcial para corresponder a um Deus que certamente é maior, mas que é também menor; que é para todos, mas cujo Espírito está nos pobres; que quer chegar a todos, mas não diretamente, e sim através de seus privilegiados, os pobres, que quer ressuscitar a todos, mas através de sua ocultação na cruz e morte dos oprimidos.*¹⁰

Muitos, em nossa sociedade, olham para as CEBs e encontram nelas uma referência solidária às causas justas da humanidade. Outros olham para elas como “células ideológicas” de expressões políticas, o que é um grande equívoco, pois usam o conceito de ideologia conforme sua conveniência e não conforme a semântica da palavra.

Finalmente, em uma Igreja Pobre também fica garantida a **Apostolicidade**. Ao viver a pobreza evangélica a Igreja nunca deixa de perceber a necessidade constante de sua missão apostólica, pois os pobres proclamam a necessidade de encontrar na vida humana o substrato fundamental da existência: viver com Deus, caminhar em Sua direção, fazer-se UM com Ele, como frequentemente os pobres testemunham: “Só Deus, só Deus”. Eles lembram que o anúncio não pode iludir, não pode constituir-se em falsa esperança, mas fazem isso não porque possuem qualidades a mais que o resto dos seres humanos, mas pelo próprio estado de vida.¹¹ Assim, e somente assim, é garantida a sucessão apostólica, e não como uma transmissão de um poder sagrado.

¹⁰ Ibid, p. 124.

¹¹ “A evangelização será verdadeiramente libertadora quando os próprios pobres forem os seus portadores”, diz G. Gutierrez. Talvez com maior precisão possamos dizer que a Igreja será verdadeiramente apostólica e levará a cabo seu apostolado quando os pobres a converterem em Igreja dos pobres. Toda a Igreja será então sucessora dos apóstolos com as diferenças funcionais dentro dela. Mas será Igreja na medida em que chegar a ser Igreja através de sua missão. E a direção dessa missão será oferecida pelos pobres”. Ibid, p. 129.

O que a grande maioria dos santos e santas, canonizados ou não, fizeram para se identificar com Cristo? Não largaram riquezas e poderes para testemunhar o amor de Deus revelado em Jesus Cristo? A instituição que representa o Cristo não deveria tomar o mesmo caminho dos santos e santas? É impossível que uma instituição possa se articular e se organizar de modo simples e austero, com despojamento e frugalidade? Uma instituição que representa Aquele que viveu uma vida terrena sem aliança com poderes de força, como o poder militar e político dominador, também não poderia ser um testemunho de vida institucional que viva apenas do necessário para cumprir a missão? Assim não se garantiria um pouco mais de fidelidade ao Caminho deixado pelo Filho do Homem aos seus seguidores? No entanto, muitas vezes, parece reinar no interior da instituição eclesial o medo daquele jovem rico de Mateus 19,16-22, que não quis dar aos pobres para ajuntar um tesouro no céu.

Mas mergulhados na graça de Deus, recebemos as luzes do Espírito Santo para continuar a missão. Sem Ele não teríamos força, paciência, coragem, para aguentar e prosseguir no Caminho do Senhor. As CEBs têm também uma dimensão pentecostal. Por isso, vamos lembrar alguns pontos desta dimensão.

3. Fundamentação pneumatológica¹²

Agora vamos discorrer sobre outro fundamento muito importante. Tal fundamento recebeu o nome no estudo teológico de *pneumatologia*, que é o tratado, a disciplina, que

¹² José Comblin, em 1987, faz uma síntese brilhante de uma teologia do Espírito Santo: *O Espírito Santo e a libertação*, Vozes.

aprofunda as questões relativas ao Espírito Santo. É uma palavra de origem grega. *Pneuma* quer dizer ar, vento, sopro.

Jesus Cristo nos revela um Deus que é COMUNIDADE. Um Deus relacional. Assim, é importante fazer logo a afirmação: o Espírito Santo é Deus. O cristianismo ensina isso no catecismo. Também se aprende a oração Dele (Vinde Espírito Santo, enchei os corações de vossos fiéis e acendei neles o fogo do Vosso amor...) e se encerra muitas orações em unidade com Ele (Na unidade do Espírito Santo. Amém.). Mas, na maior parte de nossa vida cristã a referência a Ele não vai muito além disso. Nos últimos tempos, a Renovação Carismática Católica (RCC) vem nos lembrando a necessidade de vivermos a fé cristã clamando ao Pai, no Filho, pelo Espírito. Porém, é bom lembrar que o Espírito não é um Deus em concorrência com os outros dois. Não é um Deus à parte. É preciso ter cuidado para não cairmos em um espiritualismo desvinculado daquele que foi o Revelador maior do Espírito Santo: Jesus Cristo. O cuidado em relação ao “perigo pentecostal” fez com que a CNBB produzisse um documento de orientação sobre a RCC (Documento 53).

Contudo, sendo Deus Trino, há de existir uma razão pela qual as comunidades do Novo Testamento tomam consciência do caráter trinitário de Deus e da necessidade de viver o seguimento de Jesus Cristo fazendo referência ao Espírito de Deus, o “sopro de Deus”, Aquele que nos permite “respirar Deus”.¹³ Para tanto, vamos tomar emprestado de Rey-Mermet, no livro “A fé explicada aos jovens e adultos”, Paulinas, três razões dessa consciência.

¹³ É bom lembrar que a palavra hebraica para mencionar o Espírito é feminina: RUAH. Contudo, as traduções a tornaram masculina. Não teremos condições de aprofundar este dado. Porém, não podemos perdê-lo de vista.

Em primeiro lugar, o Espírito Santo nos torna inteligente. O sentido aqui é o de nos oferecer capacidade de discernimento. Se não fosse pelo Espírito, certamente não teríamos condições de afirmar: Jesus Cristo é o Senhor. É Ele que desperta em nós a curiosidade, a capacidade de querer saber, de interrogar e aprofundar as razões de nossa fé. Como afirma o Evangelho de João “*Em verdade, em verdade te digo: quem não nasce da água e do Espírito, não pode entrar no Reino de Deus*” (Jo 3,5-6). Ele é “O Consolador” de nossas dúvidas, o Paráclito (defensor) que nos “ensinará tudo” (Jo 14,26).

Em segundo lugar, o Espírito nos torna responsável. Na liberdade do Espírito Santo, somos chamados a decidir pelo caminho de Jesus Cristo. Por Ele, confirmamos nossa filiação divina, ratificada no Batismo, que nos compromete a pautar nossas vidas pelo profundo amor de Deus para com toda humanidade. Ele não nos capacita para a rivalidade, para a controvérsia violenta de querer provar a nossa verdade, Ele nos capacita a amar. A amar com profunda responsabilidade para com a humanidade e com toda a natureza. Aquele que realizou o sopro da criação quer que continuemos cuidando do espaço construído para a realização do caminho de encontro com o Criador.

Por fim, o Espírito reúne para a missão. Por Ele, funda-se a Igreja que se reúne para dar continuidade à missão de Jesus Cristo. É o que celebramos cinquenta dias depois da Páscoa. A festa de Pentecostes não é uma adoração isolada do Espírito, mas a memória do espírito missionário que Ele nos dá em continuidade à Páscoa de Cristo. Ele nos ajuda a falar para **todos/as**, a **curar** com profundidade a nossa vida que o pecado não permite compreender como riqueza

za, e **exorcizar** o mal que não nos deixa realizar, solidariamente, o caminho para a casa definitiva.

Aquele e aquela que faz o caminho de Jesus Cristo só podem fazer no Espírito. Como afirma o apóstolo Paulo: *“Mas, se vos deixais guiar pelo Espírito, não estais debaixo da Lei... Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio... Se vivemos pelo Espírito, pelo Espírito paulemos também a nossa conduta. Não sejamos cobiçosos de glória vã, provocando-nos uns aos outros e invejando-nos uns aos outros”* (Gl 5,18.22-23.25-26).

Portanto, a experiência da fé vivida no Espírito não se separa do agir concreto. Podemos observar que pessoas tímidas, apagadas, medrosas, podem se tornar atores e atrizes da própria história. Pessoas que são capazes até de doar a própria vida. No Batismo celebramos, sacramentalmente, o fato de nos tornarmos sujeitos eclesiais, justamente pela força do Espírito. Neste sacramento se afirma a presença VIVA desta realidade divina. Não há outro momento. O sacramento da Crisma confirma o que é dado no Batismo. É um nascer de novo.

O Espírito Santo existe em vista do mundo e da nova criação. Por Ele vivemos, antecipadamente, a realidade do Reino. O sofrimento não é eliminado, mas o Espírito supre a angústia. Anima-nos a continuar sendo a “alma” da criação, na luta pela justiça, na solidariedade, na perspectiva de uma *ecologia integral*, como diz o Papa Francisco. É por dentro da história que Deus atua, até mesmo em situação nas quais imaginamos que Ele não está. Ninguém é *dono do Espírito*. O Espírito reúne, liberta e forma o Povo de Deus. Ele é o grande dinamizador da vida.

Conclusão

Ao longo da história, o cristianismo sempre procurou dialogar com a realidade em sentido amplo: social, política, econômica e cultural. Mas em tempos de crise, como os que estamos vivendo, pode-se correr o risco de se apegar ao passado sem perceber o processo pelo qual ele foi construído. Ao longo dos séculos, a teologia procurou cumprir o seu papel de mediadora no diálogo com a sociedade. Porém, muitas vezes a perspectiva do poder dominador fez a teologia se colocar a serviço de justificativas desumanas. Talvez o exemplo clássico seja a legitimação da escravidão.

Agora estamos diante de uma nova crise, que muitos têm apresentado como uma crise civilizatória. E aí, mais uma vez, a teologia precisa contribuir para apontar caminhos de renovação nos quais se possa manter fidelidade ao Caminho de Jesus Cristo, em comunhão com uma Igreja Pobre e abertos/as ao sopro sempre renovador do Espírito. É aqui que as COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE se colocam.

DESAFIOS DAS CEBs

Pe. Celso Carlos Puttkammer dos Santos¹

“Todo escriba, que se tornou discípulo do Reino dos Céus é como um pai de família, que tira do seu tesouro coisas novas e velhas” (Bíblia – Edição da CNBB, Mateus 13,52).

Introdução

Ninguém pode partir do nada, do zero. Assim como numa corrida de revezamento, percorremos um caminho e, depois, passamos o bastão para outro. Assim toda caminhada se prossegue com algumas rupturas e também continuidades, conforme os desafios vão se apresentando. Ao encerrar o capítulo 13 do Evangelho de Mateus, o das parábolas, Jesus faz um convite a todos nós para que nos tornemos especialistas no Reino dos Céus, seus seguidores e seguidoras. É necessário ler os sinais dos tempos e inter-

¹ Padre da Diocese de Caçador-SC, em missão na Prelazia do Marajó-PA, formado em teologia pelo ITESC (Instituto Teológico de Santa Catarina), assessor e animador das CEBs.

pretá-los, buscando atualizar e concretizar as práticas de Jesus em nossa caminhada, mesmo diante dos maiores desafios que as várias épocas nos impõem. As CEBs ao longo de sua história foram enfrentando vários desafios. Alguns foram superados com maior e outros com menor dificuldade; uns foram enfrentados sem sucesso e outros, ainda, foram deixados de lado.

As CEBs construíram um caminho profícuo; ao longo deste tempo muitos frutos foram produzidos e colhidos, pelas pessoas, pelas próprias comunidades, pela Igreja e também pela sociedade. Porém, ao longo deste mesmo tempo, muitas tristezas e limites foram percebidos. Precisamos recolher tudo isso, como o pescador que recolhe a rede (Mt 13, 47-49) e “separar os peixes bons e peixes ruins” e, estes jogá-los fora.

Nestes novos tempos em que estamos vivendo, são grandes os desafios para as CEBs. Há um cenário eclesial universal e, também, com suas repercussões nacionais e mais locais; há também um cenário sócio-político-econômico-cultural com várias nuances que atinge diretamente e interpela as CEBs.

Porém, antes de trazer presente tais desafios, importa fazer duas considerações fundamentais para as CEBs em sua missão. A primeira consideração diz respeito ao modo como nosso mundo se constrói e se organiza. Não se pode ignorar que o capitalismo é uma “fênix” que renasce das cinzas e se reinventa. Também é verdade que o capitalismo, depois de seu triunfo sobre os socialismos reais, está vivendo sua maior crise, está emperrado e emperrando o mundo e sacrificando a vida de muitas pessoas: muitos desempregados ou subempregados, a fome que aumenta cada vez mais; a pandemia e toda a problemática dos sistemas de

saúde; o grande debate sobre a função do estado e seu tamanho (mínimo ou do bem-estar social); as migrações forçadas ou não; a ausência de uma autoridade mundial que proponha uma pauta humanitária e humanizadora. O mundo atual está em uma grande encruzilhada: ou caminhamos para a vivência de relações mais solidárias ou retornamos às mais diversas barbáries testemunhadas pela história. Em termos de País, junte-se a esse cenário assombroso os ataques sistemáticos à democracia, sem precedentes. Temos um Executivo com feições fascistas que a todo momento testa a democracia, questionando as outras instituições e apoiando manifestações antidemocráticas.

Outra consideração importante diz respeito à missão da Igreja Católica. Depois do grande inverno vivido na Igreja, representado por São João Paulo II e Bento XVI, sente-se um sopro primaveril trazido pela eleição de Francisco. Percebe-se, nestes anos de Pontificado de Francisco, a retomada da proposta eclesiológica do Vaticano II, freada a partir de uma interpretação que se afastou do espírito original do Concílio. São muitos os sinais que apontam para uma Igreja Povo de Deus, mais sinodal, servidora e profética. A renovação da Igreja vem sendo realizada de maneira gradual e sólida. A Igreja no Brasil, com seus Bispos, embora em sua grande maioria esteja alinhada a Francisco, é vista com um olhar que carece de profetismo, carece de mais ousadia. As bases da Igreja ainda estão muito distantes da proposta de Francisco, pois estão marcadamente impregnadas pelo medo, pelo clericalismo, ostracismo e imobilismo a que foram submetidas durante as últimas décadas.

Mesmo diante de tais limites, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023 se apresentam como uma oportunidade de organizar e fortalecer as

“Pequenas Comunidades Eclesiais [de Base] Missionárias” como *“meios adequados para o crescimento na fé, para fortalecimento da comunhão fraterna, para o engajamento de seus integrantes na missão e para a renovação da sociedade”* (n. 33). Estas mesmas Diretrizes nos lembram que as comunidades *“oferecem um ambiente humano de fraternidade e confiança”* (n. 34) diante dos desafios do nosso mundo atual, marcadamente urbano. Os Bispos do Brasil omitiram a ideia *“de base”* consolidada na longa tradição brasileira e latino-americana nesta nova nomenclatura. Porém, a perspectiva que propõe os parágrafos 33 e 34 dialoga com aquilo que as CEBs vêm teimosa e evangélicamente insistindo há mais de cinco décadas.

Medellín (1968) reconhece as CEBs como *“o primeiro e fundamental núcleo eclesial”, “célula inicial da estrutura eclesial”* e *“foco de evangelização”* (Med, 15.10). Deste ponto de partida, devemos retomar este modelo, como um espírito que encarna a eclesiologia do Vaticano II e vai formando e reformando a estrutura em vista da missão, pois *“as estruturas eclesiais devem ser periodicamente revistas e reajustadas, de tal forma que se possa desenvolver harmoniosamente o que se chama uma Pastoral de Conjunto”* (Med, 15.9). Para concretizar esta proposta, é necessário deixar-se conduzir pelo Espírito do Morto-Ressuscitado, o Espírito que vai conduzindo a Igreja em fidelidade ao Evangelho. Essa força do Espírito lapida e faz a todos buscar a transformação para melhor, pois

Precisamos tanto da luz e da força do Espírito Santo! A Igreja precisa disso, para caminhar em harmonia e corajosamente, testemunhando o Evangelho. E toda a família humana precisa disso, para sair dessa crise mais unida e não mais dividida. Vocês sabem que de uma crise como esta

não se sai iguais, como antes; se sai ou melhores ou piores. Que tenhamos a coragem de mudar, de ser melhores, de ser melhores do que antes e de poder construir positivamente o pós-crise da pandemia. (Papa Francisco, no Regina Coeli, Roma, 31/05/2020)

É inegável a contribuição das CEBs para a Igreja, nos diversos níveis, passando do nível comunitário até sua universalidade, e também no âmbito interno quanto externo. Porém, a emergência do leigo (e leiga) na vida da Igreja é uma das marcas indeléveis nesta caminhada; em nível de sociedade, a militância social e política são frutos do processo de recepção do Vaticano II. Mesmo assim, há muitos outros desafios nestes tempos que, ao contemplar com os olhos da fé, se impõem aos cristãos e cristãs das CEBs como tarefa irrenunciável.

As CEBs têm consciência de que os tempos são outros. Por isso, seu papel é retomar e fazer avançar uma eclesio-logia de participação e comunhão, fortalecendo o protagonismo do Povo de Deus. À guisa do caminho retomado e ampliado do Papa Francisco, precisamos implementar aquelas propostas do Vaticano II que ficaram esquecidas, ou relegadas ou combatidas.

A primeira e maior tarefa – mesmo parecendo óbvio – trata-se da comunidade e de sua dinâmica. O Papa Francisco na *Evangelii Gaudium* dedicou um capítulo todo a alguns aspectos que impactam negativamente a vida da comunidade, partindo de uma forte denúncia desta economia excludente que mata, exclui, fortalece a competitividade e a lei do mais forte e aponta que os “excluídos não são ‘explorados’, mas resíduos, ‘sobras’”. Esta “nova tirania invisível” fundamentada na absolutização dos mercados e na financeirização econômica esconde “a rejeição da ética e a

recusa de Deus” (EG, 57) e promove “uma exacerbação do consumo” (EG, 60). Sem se fechar ao desafio econômico, o Papa aponta também desafios culturais (EG, 61-70), bem como os desafios das várias culturas a partir do mundo urbano (EG, 70-75).

Para enfrentar tamanho desafio, o Papa alerta todos os cristãos e cristãs: “*Não deixemos que nos roubem a comunidade*” (EG, 92). Diante do individualismo, ao fechamento aos outros, de maneira especial aos empobrecidos, Francisco propõe “*descobrir e transmitir a ‘mística’ do viver juntos, misturar-nos, encontrar-nos, dar o braço, apoiar-nos*” e aponta que “*sair de si mesmo para se unir aos outros faz bem*” (EG, 86). A comunidade foi, é e sempre será para os cristãos e cristãs a forma ordinária de viver e testemunhar a fé. As Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023) afirmam que a “*a experiência desse amor gratuito e transformador [de Deus] gera fraternidade em comunidades de fé, nas quais a vida, com suas alegrias e dores, é partilhada*” (n. 17).

Assim sendo, para que nossas comunidades não sejam roubadas, vamos elencar alguns desafios que precisam ser enfrentados.

1. Fortalecimento da Comunidade

A comunidade deve ser o espaço privilegiado de aprofundar a fé rumo a uma maturidade cristã, para celebrar as alegrias, tristezas e esperanças na vida pessoal e comunitária iluminadas pela Palavra de Deus e ajudar a comprometer-se com a transformação das relações, sinalizando que o Reino de Deus já está presente. Os primeiros cristãos fizeram esta

experiência indo além dos laços familiares superando todo tipo de desigualdade entre seus membros. Constituíram-se verdadeiras fraternidades inclusivas, pequenas comunidades eclesiais de base: abertas, acolhedoras e missionárias. Não se é CEB em meio a multidões ou shows de pirotecnia! A CEB deve ser uma pequena família, de “*tamanho humano*”, onde todos conheçam o rosto e os dramas de todos. É na pequena comunidade em que se vislumbra o rosto de cada um dos membros, se conhecem as dificuldades que o outro está enfrentando, se experimenta a força do grupo, da coletividade, assumindo o papel e colocando os dons a serviço. Porém, é um sistema aberto, entrelaçado por redes de fraternidade e solidariedade com outras comunidades e grupos, que promovam e defendam a vida.

Nestes tempos atuais, mais do que nunca, precisamos fortalecer e organizar as comunidades para que se auto-compreendam como continuadoras da missão de Jesus, sendo pequenas comunidades. Porém, é necessário refletir como essas comunidades devem se configurar nestes tempos atuais, para responder a esta época que atravessamos.

2. A sinodalidade – caminhar juntos

Com o advento do Vaticano II, inaugurou-se uma nova etapa na vida da Igreja, mudando a sua compreensão diante do mundo e inserida neste mundo vigente até então. O Concílio rompeu com a visão de uma Igreja “sociedade perfeita”, em oposição ao mundo, herança da cristandade. A Igreja retomou e aprofundou sua vocação de ser sacramento de salvação e sinal do Reino, presente no mundo, inaugurando uma nova época. Uma marca importante nessa passagem foi,

com toda a certeza, o protagonismo e o papel dos cristãos leigos e leigas. De lá para cá, cresceram enormemente o número de comunidades e de lideranças leigas.

Em todos os cantos do Brasil, encontramos comunidades que se reúnem semanalmente para fazer suas reuniões, encontros catequéticos, processos de formação, oração comunitária, limpezas, realizar visitas missionárias, enfim, uma infinidade de atividades para garantir o bom funcionamento da comunidade. As lideranças raramente contam com um ministro ordenado em todos estes momentos. O padre (ministro ordenado) se faz presente, geralmente, na celebração eucarística da comunidade ou em algum momento extraordinário da vida da comunidade. Mesmo sem sua presença constante, a comunidade se reúne por causa da fé, organiza-se coletivamente e caminha no seguimento de Jesus.

3. O clericalismo

Se, por um lado, temos a condução ordinária da vida de comunidade por parte dos cristãos leigos e leigas, as decisões nem sempre são tomadas levando em conta a presença e a importância deles. O Papa Francisco, escrevendo ao cardeal Marc Ouellet, em março de 2016, lembra que “*não podemos refletir sobre o tema do laicato ignorando uma das maiores deformações que a América Latina deve enfrentar – e para a qual peço que dirijais uma atenção particular – o clericalismo*”. O clericalismo é uma tentação que leva todos a agirem como se, na igreja, tudo dependesse dos clérigos: diáconos, padres ou bispos. Isso nunca foi verdade.

Há um duplo movimento na busca da superação do clericalismo, claro que de intensidades diferentes. Para os

clérigos é urgente acreditar, confiar e esforçar-se para que os cristãos leigos e leigas participem ativamente nas decisões e que se ouçam sua voz e suas reivindicações. Pe. José Marins já apontava para a tarefa do presbítero como *“educador para a fé, construtor da comunidade. Terá preocupação pastoral de fazer o grupo crescer na ciência, sabedoria e graça, numa linha de conversão, verdadeira opção à Pessoa do Senhor Jesus”* (A Comunidade Eclesial de Base, 1968, p. 120). A redescoberta da sinodalidade apresenta *“o caminho que Deus espera da Igreja no terceiro milênio”*, afirma Francisco. Para os cristãos leigos e leigas, no sentido da superação desta mentalidade, é preciso ousar num debate fraterno sobre seu papel na Igreja e não se deixar infantilizar, assumindo seu papel e missão dentro da Igreja.

4. Igreja toda ela ministerial

Ao longo da história, especialmente a partir do século XII, houve um acento sobre a hierarquia em detrimento da figura do leigo na Igreja. Antes do Concílio Vaticano II e, principalmente a partir dele, há reequilíbrio das forças quando recupera a dignidade dos cristãos leigos e leigas ao afirmar que *“pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no Povo de Deus e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo”* (LG, 31) e que *“os leigos são congregados no povo de Deus e constituídos num só corpo de Cristo sob uma só cabeça”* (LG, 33). Nesta comunhão, tendo Cristo como centro de harmonia, todo batizado é chamado a partilhar sua vocação através da colaboração para o bem comum, onde cada um com seus dons é convocado a re-

partilhá-los com os demais membros deste corpo, principalmente com os mais fracos.

As CEBs, iluminadas pela Palavra de Deus e com olhos no seu cotidiano, precisam promover a comunhão por intermédio do acolhimento de todos, bem como empenhar-se na promoção humana e social. Enfim, é necessária a coragem de romper com antigas estruturas, reconhecendo a variedade de carismas, reconhecendo a corresponsabilidade e a igualdade de todos os membros da comunidade. Reconhecer os carismas requer a abertura de espaço para uma comunidade toda ministerial. A superação do dualismo hierarquia-laicato passa necessariamente pela prevalência do binômio comunidade-ministérios. Isto significa dizer que as CEBs precisam, mais do que nunca, valorizar os vários carismas e dons na comunidade e ajudar que todos reconheçam os diversos serviços eclesiais como ministérios da comunidade, suscitados por Deus, pois *esta comunhão que une a todos os batizados, longe de impedir, exige que dentro da comunidade eclesial exista multiplicidade de funções específicas, pois para que ela se construa e possa cumprir sua missão, o mesmo Deus suscita em seu seio diversos ministérios e outros carismas que determinam a cada qual um papel peculiar na vida e na ação da Igreja.* (Med, 15.3)

5. Participação feminina

Os cristãos leigos e leigas têm o imenso desafio de assumir seu papel na Igreja, a partir do compromisso batismal que ajude a superar todo clericalismo. Desafio maior ainda se vislumbra: o papel das mulheres na vida da Igreja. Historicamente, a mulher sofreu e sofre com uma

sociedade marcada eminentemente pelo patriarcalismo e pelo machismo. Inspirados pela prática e pela mensagem de Jesus, o Movimento que deu continuidade à sua missão, nos primeiros tempos, teve uma participação ativa e importante das mulheres.

Nos primeiros séculos, Maria Madalena recebeu o título “*apostola apostolorum*”, ou seja, apóstola dos apóstolos, pois ela foi a primeira a anunciar aos discípulos que Jesus havia ressuscitado. Todos os Evangelhos a apresentam como aquela líder que conduz as pessoas até o túmulo, ressaltando sua importância na história da Igreja e na formação de muitas comunidades nos tempos primitivos. Somente muito tempo depois é que o modelo patriarcal e machista vai se infiltrando nas comunidades cristãs. Mas novos tempos se vislumbram. Depois da abertura do Vaticano II, as CEBs foram se abrindo à participação e à liderança de muitas mulheres. Elas são a grande maioria nas comunidades! Agora é necessário dar um passo além. O Documento Final do Sínodo para a Amazônia recoloca muito bem este desafio apontando que “a *Igreja na Amazônia quer ‘ampliar os espaços para uma presença mais incisiva* [das mulheres] *na Igreja’ (EG, 103)*”, buscando promover um papel mais ativo (DF, 99).

A Igreja precisa cuidar e acolher as mulheres nas situações de sofrimentos, vítimas de violência, e se colocar ao seu lado na defesa de seus direitos (DF, 102). Essa é uma missão importante junto às mulheres. Além disso, é urgente reconhecer-lhe a dignidade permitindo e abrindo espaços à participação mais ativa nos lugares centrais de decisão e nos mais variados ministérios.

6. Juventude

Ao mesmo tempo em que é necessário resgatar e valorizar o papel das mulheres dentro da Igreja, é necessário também que tenhamos um olhar especial para a juventude. O tempo atual – como já refletimos sobre o mundo urbano – afeta diretamente a juventude, ou as juventudes. Ao mesmo tempo, são estas juventudes que podem trazer uma grande renovação às CEBs. Este tempo de pandemia tem demonstrado o grande desafio que é a comunicação. E são os jovens os que têm mais habilidade e conhecimento neste campo.

A juventude tem nos ensinado muitas coisas, e ah! se não fossem nossos jovens, para nos ensinar e nos mostrar os caminhos nas infovias, as vias de comunicação de internet. As novas tecnologias exercem um enorme fascínio sobre os jovens e estes têm maiores abertura a estas novidades e têm maiores facilidades de aprendizado e adaptação. Não apenas esta questão. Há muitas outras habilidades que os jovens podem contribuir na caminhada das CEBs. Alguém já nos alertou que o povo das CEBs é um povo de cabelos brancos. Já passou a hora de abrir espaços para que os jovens assumam de fato seu protagonismo e ocupem o lugar que lhes é de direito. Repito: já fazem muitas coisas em nossas comunidades e em muitos espaços. Mas é urgente que eles se sintam protagonistas também da caminhada das CEBs e nas CEBs.

7. Formação

Houve um tempo em que as CEBs contavam com o apoio de muitos bispos, padres e lideranças em todos os cantos do Brasil. Esta força diminuiu ao longo do tempo e por

vários motivos. Porém, uma questão se mostra importante neste processo: os principais agentes animadores das CEBs e da respectiva eclesiologia foram retirados ou abandonaram este espaço de animação da vida comunitária. Junte-se a isso o fato de que depois destes vieram novas lideranças formadas numa outra perspectiva eclesial, muitos ligados à Renovação Carismática Católica. Grande parte das comunidades ficou sob a orientação de agentes que conduziam processos formativos em uma linha conservadora e quase exclusivamente doutrinal.

Neste sentido, os tempos atuais desafiam as CEBs a uma questão intimamente relacionada à organização e mediação dos processos formativos nas comunidades. Significa afirmar que é necessária a presença imprescindível de coordenadores ou assessores nas comunidades que garantam que assumam a metodologia, a espiritualidade e a eclesiologia das CEBs. MARINS já alertava para a necessidade da formação, pois segundo ele *“uma comunidade que pretende iniciar a CEB tem que dar alta prioridade à formação de leigos. Recursos financeiros, que [...] deverão ser canalizados para financiamento de constantes cursos”* (p.121). Mas não apenas qualquer tipo de formação. O Papa Francisco interpela à urgência de dedicar tempo *“na construção do povo”* e *“dar prioridade ao tempo é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços”*, ou seja *“privilegiar as ações que geram novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que os desenvolverão até frutificar em acontecimentos históricos importantes”* (EG, 223). É fundamental que se pensem, organizem e se gerem processos que deem sentido à vida das pessoas e as envolvam, com metodologias e conteúdos apropriados.

8. Ecologia e Bem Viver

O Sínodo para a Amazônia apontou para uma conversão integral, a partir do grito desta região - e de seus povos - que está *“ferida e machucada pela ação gananciosa do ser humano tendo em vista conseguir o maior lucro possível”* (DF, 15). É, paradoxalmente, um grito de desespero e de esperança, *“um grito profético e um árduo empenho em prol dos mais pobres”* (QA, 8). As CEBs têm hoje a irrenunciável tarefa de refletir e ajudar a refletir sobre este paradigma de desenvolvimento insustentável, predatório e da monocultura. Tal reflexão deve apontar para a construção de outro paradigma baseado no “Bem Viver” para que se possa aprender a viver, a conviver em *“harmonia consigo mesmo, com a natureza, com os seres humanos e com o ser supremo”* (QA, 9).

Toda a exploração irracional da Casa Comum põe em perigo a sobrevivência da humanidade como um todo. Não será possível conviver e existir com tais padrões de vida impostos pelo sistema capitalista, pois a Terra não está mais suportando. Faz-se necessário desaprender e reaprender um novo modo de vida a partir da experiência dos povos amazônicos de convivência harmônica com seus territórios. É urgente abraçar o caminho da conversão pastoral, da conversão cultural, da conversão ecológica e da conversão sinodal como caminho que leva todos ao “bem viver”.

É neste sentido que emerge um grande desafio no campo da política. Durante muitos anos as CEBs contribuíram para um grande debate político, seja na defesa da vida durante a Ditadura, na participação da democratização do País, seja no envolvimento nos processos eleitorais em vários níveis. Com a despolitização crescente e planejada, nossas comu-

nidades em alguns momentos não querem saber de debater assuntos políticos, ou outras vezes se renderam a ganhar alguns benefícios ou doações de candidatos. Aqui se apresenta para as CEBs a necessidade de fugir dessa armadilha e seguir um caminho de construção de uma política baseada em valores e propostas que se coloquem ao lado da vida e em oposição aos interesses do capital. É urgente fazer um debate franco e aberto sobre a necessidade de discutir e a propor uma política de *“solidariedade desinteressada e a um regresso da economia e das finanças a uma ética propícia ao ser humano”* (EG, 58).

9. Liturgia e espiritualidade

A realidade é mais importante que a ideia, lembra Francisco. Ela deve ser o ponto de partida para toda ação pastoral e educativa, e ela também é fundamental para as CEBs. O chão da vida das comunidades é o espaço fundamental para articular a teoria e a prática, a fé e a vida.

A ideia – as elaborações conceituais – está ao serviço da captação, compreensão e condução da realidade. A ideia desligada da realidade dá origem a idealismos e nominalismos ineficazes que, no máximo, classificam ou definem, mas não empenham. [...] Há políticos – e também líderes religiosos – que se interrogam por que motivo o povo não os compreende nem segue, se as suas propostas são tão lógicas e claras. Possivelmente é porque se instalaram no reino das puras ideias e reduziram a política ou a fé à retórica; outros esqueceram a simplicidade e importaram de fora uma racionalidade alheia à gente. (EG, 232)

Além da realidade como ponto de partida e extremamente

relevante, e da urgência em gerar processos formativos que sejam significativos para as pessoas, é preciso passar de uma pedagogia escolar e “conteudista” para uma educação mais mistagógica². Este aspecto interpela a uma revisão e fortalecimento das profundas motivações e convicções que movem todos os agentes das CEBs. As atuais Diretrizes da CNBB colocaram como um dos pilares das “pequenas comunidades eclesiais missionárias” de base, a liturgia e a espiritualidade. Para além do rubricismo³, que é um dos aspectos fortalecido atualmente, é preciso superar os dualismos tanto na liturgia quanto na espiritualidade. A nossa história, a história das comunidades é história de salvação! Portanto, tudo o que acontece a nossa volta e em todo o mundo precisa ser lido à luz da Palavra de Deus, precisa ser transformado de acordo com o Plano de Deus. Sendo a liturgia fonte e ponto alto de toda vida dos cristãos e cristãs, *“a celebração litúrgica comporta e coroa um compromisso com a realidade humana, com o desenvolvimento e com a promoção, precisamente porque toda a criação está envolvida pelo desígnio salvador que abrange a totalidade do homem”* (Med, 9.4).

2 Mistagogia significa “ser introduzido no mistério” ou “ser conduzido para o encontro com o mistério”. No Catecumenato, a Mistagogia refere-se à sua última etapa onde *“a comunidade unida aos neófitos, quer pela meditação do Evangelho e pela participação na Eucaristia, quer pela prática da caridade, vai progredindo no conhecimento mais profundo do mistério pascal e na sua vivência cada vez maior”* (Ritual de Iniciação à Vida Cristã, 37, Paulus, 2016). Com isso, há superação de uma vida cristã sacramentalista rumo a uma vida cristã adulta e mais autêntica. O Diretório Nacional de Catequese (2006, 121) lembra que este processo *“visa enraizar uma união madura, consciente e responsável com Cristo, sobretudo através das celebrações e leva ao compromisso com o serviço da evangelização nas diversas realidades da vida”*.

3 O rubricismo vem da palavra rubor, que significa vermelho. As rubricas são indicações que aparecem em vermelho nos livros litúrgicos. São indicações de como proclamar textos ou de como os ministros devem agir, da postura do corpo ou das mãos, dos movimentos, dos momentos de silêncio, do uso do tom da voz e tantas outras coisas que devem ser observados. Daí surge a expressão “rubricismo”, que é uma compreensão da Liturgia basicamente alicerçada nestas rubricas. Tudo isso torna a Liturgia automatizada, sem vida e engessada, uma cerimônia apenas. Fica excluída a realidade – a vida da comunidade e das pessoas – que acaba por ser deixada de lado, ou se torna um apêndice. Não se contempla sinais e símbolos próprios da comunidade, bem como cânticos que não refletem o sentido que se está celebrando. A criatividade é vista como um atentado contra a “tradição”. Enfim, este estilo tem dificultado a celebração da vida da comunidade e, conseqüentemente, tem afastado os cristãos da responsabilidade para com sua comunidade e para a transformação do mundo.

As CEBs sempre tiveram um jeito próprio de celebrar que favorece a integralidade da fé que propõem o Vaticano II e Medellín, fundamentada numa espiritualidade libertadora, já explicitada por vários teólogos e teólogas. Mas nestes tempos, percebemos uma mudança em muitos elementos – mesmo com o esforço da Rede Celebra de aprofundá-los – que fazem parte do jeito de ser das CEBs, tais como as músicas, a criatividade, a espontaneidade, o simbolismo e, até mesmo, a laicidade. Portanto, é necessário retomar a liberdade criativa neste campo da espiritualidade e da liturgia.

10. Ecumenismo e diálogo inter-religioso

Desde seu início, as CEBs têm aberto e feito um caminho ecumênico. Ao longo desta trajetória esse compromisso arrefeceu. Mesmo diante dos desafios atuais com muita intolerância e fechamento, agora – mais do que nunca – é urgente fortalecer a dimensão ecumênica e do diálogo inter-religioso. As tradições religiosas têm em comum uma abertura a Deus, a fé, como motivação e como sentido para sua existência. Ao mesmo tempo todas as religiões, de várias formas, têm um cuidado com a vida. Daí emerge o caminho de unidade e de superação a todo fundamentalismo em busca de uma unidade.

As CEBs são esse espaço importante de valorização das diversas tradições, unindo-as em torno do cuidado com a vida, e agora, para o grande alerta em vista do cuidado com a Casa Comum e com a vida dos pobres, entre todos os mais vulneráveis. A ferida da insensibilidade que atinge a humanidade toda só pode ser cicatrizada com o remédio

da unidade das tradições religiosas, além da harmoniosa convivência e respeito mútuo. Não podemos esperar um movimento de lá para cá, é urgente que nós, católicos, ajamos para que esse sonho da unidade ganhe um novo e consistente impulso.

11. Organização

É claro que as CEBs têm muitos desafios, tanto interna quanto externamente. Para dar conta de tantos desafios, precisamos de uma organização cada vez mais eficiente e dinâmica. Por organização compreende-se que sejam as pessoas que se comprometam com esta proposta, que é o fortalecimento de uma Igreja-CEBs. Também temos as estruturas representativas que refletem, debatem e propõem caminhos para as CEBs de maneira coletiva e logística. As CEBs constantemente voltam à reflexão sobre suas estruturas – e sempre é bom rever e discutir nossas estruturas – para que possamos responder à realidade que se impõe e nos interpela. Conversar sobre os diversos espaços: Intereclesial, Secretariado, Ampliada Nacional e o desdobramento destes em todos os regionais, dioceses e paróquias, tem sentido na medida em que se colocam a serviço de dar novos dinamismos às CEBs. São estruturas abertas em constante aperfeiçoamento em vista do fortalecimento e crescimento das comunidades para que possam cumprir sua missão evangelizadora.

Nesta caminhada, também são importantes as pessoas que se colocam a serviço das CEBs para que sejam sementes do Reino, sementes do Bem Viver. São fundamentais os serviços de coordenação e assessoria como dinamizadores

de processos que sejam eficazes para a concretização de Comunidades Eclesiais de Base e a sua manutenção. A organização por si só não garante um resultado efetivo. São necessárias pessoas comprometidas e capacitadas metodologicamente em vista da concretização da eclesiologia libertadora. Assim, a organização não pode prescindir de pessoas decididamente engajadas e pedagogicamente iniciadas em processos de educação popular e libertadora.

Evidente que são muitos os desafios aqui apresentados e de maneira muito sintética. Estou concluindo este texto ao som de uma música muito significativa para os que estamos nessa caminhada das CEBs chamada “Tocando em frente”, de Almir Sater. Sua letra nos remete a um processo lento, esperançoso e que acredita nas pessoas: “ando devagar porque já tive pressa [...] cada ser em si / carrega o dom de ser capaz / de ser feliz”. Vamos tocando em frente à caminhada das CEBs experimentando “o sabor das massas e das maçãs”. Para levar adiante e fazer frutificar “é preciso amor pra poder pulsar / É preciso paz pra poder sorrir / É preciso a chuva para florir”. Alimentemo-nos de uma mística em Jesus Libertador e no compromisso com a coletividade em todos os níveis, desde o mais elementar, a pessoa, a família e a comunidade até o mais universal, que é a Casa Comum e o nosso Universo!

Referências

- ASSEMBLEIA ESPECIAL DO SÍNODO DOS BISPOS, *Amazônia Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral – Documento Final*. Documentos da Igreja 58. Brasília: Ed. CNBB, 2019.
- CNBB. *Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023* – Documentos da CNBB 109. Brasília: Ed. CNBB, 2019.

- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. Brasília: Ed. CNBB, 2018.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA AMÉRICA LATINA (CELAM). *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II*. Conclusões da Conferência de Medellín. São Paulo: Paulinas, 2ª Ed. 2004.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA AMÉRICA LATINA (CELAM). *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe. São Paulo: Paulus, 2ª. Ed. 2007.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA AMÉRICA LATINA (CELAM). *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Conclusões da Conferência de Puebla. São Paulo: Paulinas, 13ª Ed. 2004.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Pós-sinodal Querida Amazônia*. Brasília: Ed. CNBB, 2020.
- MARINS, P. José. *A Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1968.